



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026

Processo nº 00196.003843/2025-84

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026		Data de Abertura: 13/05/2026 às 09:00 h no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/			
Objeto					
Aquisição de mobiliário urbano e busto, incluindo a fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial, para a nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), nos termos das tabelas abaixo, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
Valor Global Estimado					
R\$ 2.175.555,24 (Dois milhões, cento e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).					
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Garantia de Proposta	Garantia da Contratação	Forma de Adjudicação
Não	Facultativa*	Termo de Contrato	Sim (Grupo 1)	Sim	Menor Preço

* o detalhamento da vistoria deve ser consultado no item 4.5. do Termo de Referência.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (VEJA ITEM 9 DO TERMO DE REFERÊNCIA) **	
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none"> - Sicafe ou documentos equivalentes; - Habilitação Jurídica; - Regularidade Fiscal e Trabalhista; - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal; - Qualificação Econômico-Financeira; - Certidão do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; 	Requisitos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação Técnica - Declarações, Atestado de Capacidade Técnica e Catálogo (Subitem 9.7 do Termo de Referência); e - Outros documentos, sendo necessária a leitura integral do Edital.

- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – TCU; - Certidão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; - Certidão do Cadastro Nacional e Empresas Punidas – CNEP;	
---	--

** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no item do instrumento convocatório acima indicado.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Amostra/Demonst./Prova de Conceito/Indicação do local do evento?	Decreto nº 7.174/2010?
Não	Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
Até 07/05/2026 para o endereço licitacoes@cofen.gov.br		Até 07/05/2026 para o endereço licitacoes@cofen.gov.br	
Observações Gerais:			
<ul style="list-style-type: none">A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1%, nos termos da condição do item 7 do Edital.O licitante que não cumprir as exigências estabelecidas no Edital está sujeita às penalidades descritas no item 13 do Edital.			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Cofen pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “389320”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço <http://www.cofen.gov.br/categoria/licitacoes>.

SUMÁRIO

1. [DO OBJETO](#)
2. [DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
3. [DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
4. [DA GARANTIA DE PROPOSTA](#)
5. [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
6. [DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
7. [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
8. [DA FASE DE JULGAMENTO](#)
9. [DA AMOSTRA](#)
10. [DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
11. [DO TERMO DE CONTRATO](#)
12. [DOS RECURSOS](#)
13. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
14. [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
15. [DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026

(Processo Administrativo nº 00196.003843/2025-84)

Torna-se público que o CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN, entidade fiscalizadora do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, sediado no EQS 208/209, Lote 01, Bloco A - Bairro Asa Sul, CEP: 70.250-400 - Brasília/DF, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de mobiliário urbano e busto, incluindo a fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial, para a nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, sendo formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. **O licitante deve preencher o Modelo de Proposta de Preços (Anexo II do Edital) e enviar juntamente com Garantia de Proposta e os documentos de habilitação exigidas neste Edital.**

1.3.1. **Somente os valores destacados em negrito poderão ser alterados, observando-se que, em nenhuma hipótese, serão admitidos valores superiores aos constantes da tabela do item 1.1 do Termo de Referência.**

1.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real) com no máximo 02 (duas) casas decimais.

1.5. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços, conforme o caso, deverá ser realizado de acordo com o Termo de Referência, que apresenta a descrição detalhada.

1.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoa física, conforme justificativa no subitem 9.4.10. do Termo de Referência;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. A GARANTIA DE PROPOSTA

4.1. **Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta**, como requisito de pré-habilitação, no montante informado na tabela abaixo, equivalente a 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação do grupo, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

	VALOR DA GARANTIA DE PROPOSTA
GRUPO 1	R\$ 21.755,55 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

4.1.1. **O licitante que não enviar o comprovante da Garantia de Proposta juntamente com a proposta de preços será desclassificado no certame licitatório.**

4.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

4.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.2.2. seguro-garantia;

4.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

4.2.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3. Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá realizar transferência eletrônica ou depósito identificado indicando o número de seu CNPJ para conta bancária em nome do Conselho Federal de Enfermagem, juntando o respectivo comprovante.

4.3.1. O pregoeiro irá informar no *chat* as informações da conta bancária do Conselho Federal de Enfermagem.

4.3.2. Para a validação da garantia de proposta, o licitante deve apresentar a documentação comprobatória pertinente, como comprovantes de depósito, de pagamento do prêmio, entre outros. A ausência destes documentos acarretará na desclassificação da proposta de preços.

4.4. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da ata de registro de preços ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.5. Em caso de recusa na assinatura da ata registro de preços, ou da não apresentação dos documentos necessários para a contratação, poderá ser realizada a execução do valor integral da garantia de proposta.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e valor total do item
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
 - 6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
 - 6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/grupo ou total do item/grupo.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor será realizada por sorteio eletrônico, automaticamente por meio do Sistema de Compras, como critério final de desempate, nos termos da legislação aplicável.

7.20.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preço adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como a garantia de proposta (para o Grupo 1); acompanhados, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.20.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4. Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

8.1.5. Certidão de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>);

8.1.6. As certidões dos itens 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 poderão ser consultadas no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta quanto às sanções também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

9. DA AMOSTRA

- 9.1. Não será necessária apresentação de amostras.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser **agendado por meio do telefone (61) 3329 5800, de segunda à sexta-feira, das 08h às 16h, em dias úteis**, sendo obrigatório realizar o agendamento de modo que não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em 2 (duas) horas, para:

10.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11. TERMO DE CONTRATO

- 11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar eletronicamente o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2.1. A assinatura eletrônica do Termo de Contrato pelo adjudicatário dar-se-á por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen.
- 11.2.2. É de responsabilidade da licitante vencedora proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura do Termo de Contrato no prazo estabelecido, acessando a página de Acesso a Usuário Externo no link a seguir: <http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/>.
- 11.2.2.1. A liberação de acesso do usuário externo será efetuada em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da documentação, que deverá seguir as orientações contidas na página de Acesso a Usuário Externo.
- 11.3. O prazo dos item 10.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 11.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.cofen.gov.br> – Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen. O acesso aos autos do processo somente será autorizado mediante solicitação no endereço eletrônico licitacoes@cofen.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 13.1.2.5. apresentar proposta, amostra, prova de conceito ou local de execução do serviço em desacordo com as especificações do Edital;
 - 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 13.1.5. fraudar a licitação;
 - 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13.15. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.15.1. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao **Sicaf**.
- 13.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 13.17. O licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao **Sicaf** e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Cofen (licitacoes@cofen.gov.br), não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2921, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do endereço eletrônico licitacoes@cofen.gov.br*.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. É de responsabilidade da licitante vencedora proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato no prazo estabelecido, acessando a página de Acesso a Usuário Externo no [link](http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/) a seguir: <http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/>.
- 15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.compras.gov.br e www.cofen.gov.br/category/licitacoes.
- 15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.12.1. ANEXO I – Termo de Referência (SEI nº 1217164);
- 15.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 15.12.3. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

Brasília, 27 de abril de 2026.

Tereza Souza Mendes

Agente de Contratação/ Pregoeira

Portaria Cofen nº 1.736/2024



Documento assinado eletronicamente por **TEREZA SOUZA MENDES - Matr.185, Pregoeiro(a)**, em 27/04/2026, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1707049** e o código CRC **E27BCC75**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA




TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00196.003843/2025-84

Área Demandante: Departamento Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



1.1. Aquisição de mobiliário urbano e busto, incluindo a fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial, para a nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), nos termos das tabelas abaixo, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1		629336	Lixeira Box Wood B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores), com capacidade de 100 L. Material: madeira de reflorestamento. Base de Concreto: c/ base cinza. Espera de Fixação: c/ base de concreto. Acabamento do concreto: verniz. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da Madeira: castanho deck.	12	UN	R\$ 6.044,76	R\$ 72.537,12
	2		624052	Luminária Stella L B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de Iluminação: simples. Cor da luminária: marrom ral 8017.	27	UN	R\$ 10.713,89	R\$ 289.275,03
	3		624052	Luminária Stella T B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de iluminação: simples. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	27	UN	R\$ 14.310,62	R\$ 386.386,74

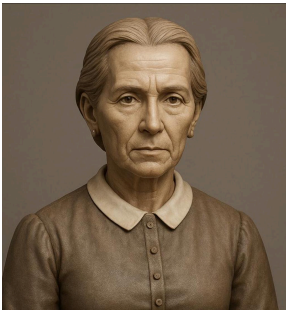
4		624161	Luminária Toscana (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da luminária: marrom ral 8017.	10	UN	R\$ 6.613,57	R\$ 66.135,70
5		626502	Banco Gaivota B - Duplo (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$ 19.351,47	R\$ 77.405,88
6		341627	Banco Sarah W B - com encosto simples (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$ 10.559,57	R\$ 21.119,14
7		258405	Banco Sarah W A - sem encosto (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$ 9.328,23	R\$ 18.656,46
8		322144	Banco Ponte Clássica 820 (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	21	UN	R\$ 16.483,71	R\$ 346.157,91
9		322144	Banco Demetra F - 1800 Power Light Madeira C (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Sistema de iluminação: não. Com USB: não. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	6	UN	R\$ 16.014,43	R\$ 96.086,58

10		322144	Banco Demetra A - 600 Cubico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	12	UN	R\$ 4.755,24	R\$ 57.062,88
11		485876	Floreira Demetra Artemide B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	4	UN	R\$ 7.713,94	R\$ 30.855,76
12		338880	Banco Break Time WE (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	24	UN	R\$ 10.559,86	R\$ 253.436,64
13		627046	Mesa Break Time TW C. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	12	UN	R\$ 8.181,92	R\$ 98.183,04
14		601175	Mesa Yoo De Jogos. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$ 3.453,20	R\$ 13.812,80
15		252373	Banco Yoo Para Mesa de Jogos (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	16	UN	R\$ 2.086,09	R\$ 33.377,44
16		631457	Gira Gira Orbital (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sendo 2 (dois) na cor do TS: azul teal e 1 (um) na cor do TS: cinza uranio . Cor da estrutura: marrom ral 8017.	3	UN	R\$ 31.348,28	R\$ 94.044,84

17		458043	Bicicletário Spyra A (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$ 2.489,22	R\$ 24.892,20
18		322144	Banco Stone P (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$ 6.027,16	R\$ 6.027,16
19		322144	Banco Stone M (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$ 10.668,53	R\$ 10.668,53
20		322144	Banco Stone G (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$ 13.945,01	R\$ 13.945,01
21		609422	Balizador Genesis B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Espera de fixação: parafusado. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$ 1.592,25	R\$ 15.922,50
22		383306	Cinzeiro metálico em formato cilíndrico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Conjunto do corpo inferior constituído através da união de peças fabricadas em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, flange inferior da base em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura, e flange de união com o conjunto superior em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura, unida a porcas sextavadas. Conjunto superior fabricado em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, unido à perfil de união e guia fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG. Conjunto do cesto fabricado em tubo redondo de aço carbono Ø88,9 mm x 3,00 mm, soldado ao fundo fabricado em chapa de	6	UN	R\$ 2.475,10	R\$ 14.850,60

			<p> aço carbono SAE 1020 de 1,50 mm de espessura e corrente de elos zincada. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG.</p> <p>Conjunto da tampa com recorte para depósito das cinzas fabricado em chapa de aço inox AISI 304 de 2,00 mm escovado.</p> <p>União dos componentes através de parafusos, porcas e arruelas inox M6.</p> <p>Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia.</p>				
23		629206	<p>Lixeira Bravo Colonial Dupla c/ Cobertura (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Pintura da madeira: castanho deck. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Cor do cesto 1: marrom ral 8017. Cor do cesto 2: marrom ral 8017.</p>	12	UN	R\$ 6.806,69	R\$ 81.680,28
24		603600	<p>Refletor Sinalizador de Estrada (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Material: Alumínio. Tipo: Tachinha Solar. Formato: Trapezoidal. Comprimento: 120 MM. Largura: 105 MM. Altura: 22 MM. Tipo Fixação: Com Pino. Características Adicionais: 6 Leds, Placa Solar de 2v 150ma. Bateria de 1.2v.</p>	200	UN	R\$ 118,00	R\$ 23.600,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1							R\$ 2.146.120,24

Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
-------	------	----------------------	--------	---------------	------------	---------	----------------	-------------

2	25		437571	<p>Busto dedicado à enfermeira Anna Nery: <u>Fornecimento sob demanda</u>. Altura: 55 cm; Largura (ombros): 40 cm; Profundidade: 35 cm. Peso Estimado: 25 a 40 kg, dependendo da espessura das paredes internas e da técnica de fundição (oco ou sólido).</p> <p>Material: bronze silicioso (liga tradicional). Composição típica: 88% cobre, 10% estanho, 2% zinco (variações possíveis). Alta durabilidade e excelente acabamento para esculturas.</p> <p>Técnica de Produção: modelagem inicial em argila ou resina (escala 1:1). Moldagem em silicone e contramolde em gesso ou fibra. Fundição em cera perdida (método tradicional de esculturas de bronze). Acabamento em rebarbação, soldagem e patinação (cor): Ex: marrom escuro, verde-acinzentado ou dourado envelhecido.</p> <p>Base do busto: em mármore, granito ou madeira maciça. Altura da base: 50 cm. A contratada deverá realizar a instalação e fixação do busto na base. Fixação: pino metálico ou parafuso interno embutido.</p> <p>Detalhes adicionais: textura realista da pele e da roupa, como na imagem. Preservação de expressão séria e histórica. Cabelo e colarinho esculpidos em alto nível de detalhe. Acabamento fosco ou semi-brilhante, conforme o estilo desejado.</p>	1	UN	R\$ 29.435,00	R\$ 29.435,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2								R\$ 29.435,00

1.2. Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do compras.gov.br podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.3. A tabela do 1.1 elenca os itens que serão adquiridos, incluindo os equipamentos de mobiliário urbano e busto que serão implantados na nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Dentro do preço proposto deverão estar compreendidos os valores referentes à fabricação, transporte/entrega, instalação e manutenção preventiva inicial do mobiliário urbano.

1.4. O fornecimento e instalação do item 25 - "Busto dedicado à enfermeira Anna Nery" deverão ocorrer exclusivamente sob demanda da Administração, não gerando qualquer obrigação de fornecimento ou pagamento caso a solicitação não venha a ser formalizada.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inc. XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133 /2021, tendo que seus padrões de desempenho e qualidade são definidos por meio de especificações usuais de mercado, tendo em vista o contido no ETP de que se trata de itens padronizados e disponíveis no mercado, seguindo especificações técnicas predefinidas.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 17 (dezessete) meses ou até a completa entrega e instalação (com realização de testes de conformidade) e manutenção preventiva inicial, o que ocorrer primeiro, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. A vigência com um prazo maior que o habitual para aquisição justifica-se pelo prazo necessário para a fabricação, entrega, instalação, com realização de testes de conformidade, e manutenção preventiva inicial após a instalação dos itens de mobiliário urbano e busto. A duração de 17 meses assegura um prazo adequado para a conclusão de

todas as atividades contratuais, garantindo a qualidade e a funcionalidade dos bens adquiridos e instalados, bem como o cumprimento das exigências de sustentabilidade e segurança estabelecidas.

1.8. A presente contratação não tem natureza continuada, uma vez que o objeto principal do contrato é a aquisição com instalação e manutenção preventiva inicial dos itens de mobiliário urbano e busto, que acontecerá forma pontual.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, do qual foram extraídas as justificativas abaixo.

2.1.1. A implantação de mobiliário urbano no entorno da nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), na EQS 208 Sul, tem como finalidade aprimorar o ambiente externo da instituição, conciliando funcionalidade, segurança, conforto e identidade institucional. A iniciativa visa promover a integração do espaço com o entorno urbano e a estação de metrô próxima, criando áreas de convivência e contemplação que favoreçam a acessibilidade, o bem-estar e a valorização do patrimônio público.

2.1.2. Precedendo a definição da solução, a Equipe de Planejamento realizou levantamento de mercado e analisou contratações similares em outros órgãos públicos, com o objetivo de identificar práticas que assegurassem qualidade, durabilidade e sustentabilidade na implantação do mobiliário urbano. Constatou-se que os itens — bancos, lixeiras, floreiras, luminárias, bicicletários, mesas, brinquedos e busto — possuem especificações padronizadas, amplamente difundidas no mercado, o que permite a aquisição com melhor relação custo-benefício e favorece a competitividade. O modelo de contratação integrado, que contempla a fabricação, entrega, instalação e a manutenção preventiva inicial, revelou-se a solução mais eficiente e econômica para o atendimento das necessidades do Cofen.

2.1.3. Os materiais especificados, como concreto tratado, aço carbono e madeira de reflorestamento, garantem robustez e manutenção simplificada, em consonância com as diretrizes ambientais e com o Decreto nº 10.818/2021, que veda a aquisição de bens de luxo pela Administração Pública. Além disso, a contratação de empresa especializada é imprescindível para assegurar a qualidade técnica e estrutural dos elementos, garantindo uniformidade estética, segurança e durabilidade do conjunto implantado. O busto dedicado à enfermeira Anna Nery, figura histórica de referência na enfermagem brasileira, constitui elemento simbólico e educativo que reforça a identidade institucional do Cofen e valoriza a contribuição da profissão para a saúde pública e para a sociedade, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade institucional.

2.1.4. Dessa forma, a presente contratação busca não apenas dotar o espaço externo da nova sede do Cofen de infraestrutura adequada, segura e funcional, mas também criar um ambiente simbólico e representativo da história e da missão da enfermagem brasileira, unindo forma, função e significado em benefício da comunidade e da valorização da profissão. A adoção da solução integrada, fundamentada em levantamento de mercado, demonstra a observância dos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal.

2.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.2.1. O objeto da contratação também está alinhado com o Planejamento Estratégico do Cofen: "OE06. Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem".

2.3. Resultados pretendidos com a contratação

2.3.1. Valorização da enfermagem e da identidade institucional;

2.3.2. Criação de espaços de convivência e educação para a comunidade;

2.4. Justificativa para o Agrupamento

2.4.1. A contratação integrada para fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial dos itens de mobiliário urbano e do busto da enfermeira Anna Nery representa a solução mais eficiente e vantajosa para o Cofen. A execução conjunta dos elementos e etapas envolvidos assegura a coerência estética e funcional do projeto, evitando fragmentações que possam comprometer a padronização do conjunto e a qualidade final da implantação.

2.4.2. Os bens e serviços do Grupo 1 possuem natureza interdependente, uma vez que a disposição e a instalação dos bancos, luminárias, floreiras, lixeiras, bicicletários, mesas e demais componentes estão diretamente vinculadas ao projeto arquitetônico e paisagístico da nova sede do Cofen. A integração desses elementos é essencial para garantir uniformidade visual, compatibilidade técnica entre materiais e acabamentos, correta execução das bases civis, interligações elétricas e atendimento às normas de acessibilidade e

segurança. Por essa razão, a divisão desse conjunto de mobiliário urbano em lotes ou grupos distintos implicaria riscos de inconsistência na instalação, divergências de padrões e aumento do custo administrativo e operacional da contratação.

2.4.3. O busto em bronze, por sua vez, embora também exija serviços de instalação, não mantém relação técnica de interdependência com os componentes de mobiliário urbano. Sua execução e fixação demandam processos de fundição e de acabamento específicos, distintos dos métodos aplicados ao mobiliário urbano. Dessa forma, sua alocação em grupo próprio evita restrições à competitividade e assegura a participação adequada de fornecedores especializados na produção e instalação de esculturas fundidas.

2.4.4. Em relação à manutenção preventiva inicial, cumpre informar que, do ponto de vista técnico, a validade da garantia dos equipamentos está contratual e tecnicamente condicionada à sua instalação por profissionais credenciados pelo fabricante. A empresa fornecedora detém a expertise específica e segue rigorosamente os protocolos e parâmetros de instalação estipulados para assegurar o correto funcionamento, a performance e a vida útil dos ativos. A execução desses serviços por outra empresa, ainda que seja a responsável pela manutenção predial, resultaria na violação dos termos de garantia. Tal ato acarretaria a perda imediata do direito à cobertura por eventuais defeitos de fabricação ou vícios de instalação, transferindo ao Cofen o ônus por futuras falhas e custos de reparo.

2.4.5. A estruturação da licitação em dois grupos distintos decorre de critérios técnicos voltados à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.4.6. No caso do Grupo 1, composto por 24 itens de mobiliário urbano, o agrupamento dos elementos afins favorece diretamente a economicidade e a eficiência do processo, uma vez que esses itens compartilham métodos de produção, materiais, tratamentos, acabamentos e logística semelhantes. A adjudicação conjunta possibilita que empresas especializadas otimizem etapas de fabricação, transporte e instalação, ampliando ganhos de economia de escala, promovendo padronização estética e operacional e garantindo maior racionalização dos recursos públicos. Tal estratégia ainda facilita o planejamento integrado da execução, bem como o controle e fiscalização por parte da Administração.

2.4.7. Já o Grupo 2, correspondente ao busto em bronze, foi isolado em função do perfil específico de fornecedores aptos a realizar artigos escultóricas em metal, com técnicas de fundição completamente distintas daquelas empregadas no mobiliário urbano. A separação evita restrição indevida à competitividade, uma vez que, em regra, as empresas vocacionadas para a produção de mobiliário urbano não executam esculturas fundidas, e vice-versa. Assim, manter o busto em grupo próprio amplia o universo de potenciais licitantes, assegura especialização técnica e permite que cada segmento concorra de forma equilibrada.

2.4.8. Dessa forma, a definição dos dois grupos encontra respaldo técnico e jurídico, em conformidade com o § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que admite o agrupamento de itens interdependentes quando a medida se mostrar mais eficiente e vantajosa para a Administração. A solução proposta harmoniza economicidade, padronização, qualidade técnica e ampla competitividade, atendendo plenamente ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, do qual foram extraídas as especificações apresentadas a seguir.

3.2. A nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), localizada na EQS 208 Sul, passará por um aprimoramento que integrará a implantação de um conjunto diversificado de mobiliário urbano e a instalação de um busto em homenagem à enfermeira Anna Nery. O objetivo central desta iniciativa é criar um ambiente seguro, funcional e estético, que fomente a interação entre colaboradores, visitantes e a comunidade local, reforçando a identidade institucional e valorizando a relevância histórica da enfermagem.

3.3. Trata-se, essencialmente, de aquisição de bens, uma vez que o objeto principal consiste no fornecimento de mobiliário urbano e busto. No entanto, em razão das características específicas dos itens, o processo de aquisição compreende também os serviços acessórios de transporte/entrega, instalação (com fixação em bases civis e interligações elétrica, por exemplo) e manutenção preventiva inicial, necessários à plena funcionalidade, segurança e conformidade do conjunto instalado. Tais etapas complementares integram o escopo da contratação de forma indissociável, garantindo a correta implantação dos itens e a durabilidade dos materiais empregados. Assim, temos as seguintes etapas:

3.3.1. Aquisição dos Itens

3.3.1.1. A solução proposta para a nova sede do Cofen consiste na aquisição e instalação de um conjunto diversificado de mobiliário urbano e no busto em homenagem à enfermeira Anna Nery.

3.3.1.2. Todos os itens serão adquiridos e instalados conforme os projetos anexos (Anexos F, G, H e I), que contêm as imagens ilustrativas de cada item.

3.3.1.3. É admitida variação de até 10% (dez por cento) nas dimensões de todos os itens de mobiliário, desde que tal variação não comprometa a qualidade, a funcionalidade, a segurança e a compatibilidade com o projeto.

3.3.1.4. Os custos orçados deverão englobar tanto os valores unitários dos equipamentos quanto os serviços de entrega, instalação e manutenção preventiva, garantindo a integração de qualidade, segurança, funcionalidade e sustentabilidade no ambiente urbano e institucional do Cofen.

3.3.1.5. Serão adquiridos os equipamentos e mobiliários previstos no projeto, os quais atenderão às especificações técnicas estabelecidas, envolvendo critérios de qualidade, durabilidade e sustentabilidade. Os itens a serem adquiridos, conforme os projetos anexos, são aqueles listados na tabela do item 1.1, com a seguinte descrição complementar:

I - Lixeira BOX WOOD B – 100 L - Descrição: Lixeira com capacidade de 100 litros, composta por um corpo retangular em estrutura metálica, com porta frontal e fechamento traseiro em listões de madeira.

II - Luminária STELLA L B - Descrição: Luminária em formato “Γ” com estrutura metálica confeccionada em tubo de aço SAE 1020, com secção retangular e ângulo mínimo de 92° que garante uma excelente difusão da luz.

III - Luminária STELLA T B - Descrição: Luminária em formato “T”, fabricada em tubo de aço SAE 1020 e fixada com parafusos inox, proporcionando robustez e eficiência na iluminação.

IV - Luminária TOSCANA - Descrição: Luminária quadrada tipo pedestal, composta por duas peças em formato “L” com difusores produzidos por recorte a laser, oferecendo iluminação uniforme e de baixo consumo energético.

V - Banco GAIVOTA B - DUPLA - Descrição: Banco duplo em concreto armado branco, com suporte metálico e assento em madeira ripada, projetado para oferecer conforto e suportar uma carga distribuída de 500 kg.

VI - Banco Sarah W - Versões Com e Sem Encosto - Descrição: Bancos que combinam concreto armado e madeira, disponíveis em versões com e sem encosto, desenvolvidos para compor áreas diversas de convivência e uso urbano.

VII - Banco Ponte Clássica 820 - Descrição: Banco composto por assento em madeira maciça de reflorestamento acoplado a duas floreiras em concreto armado, ideal para a integração de estética e funcionalidade.

VIII - Banco DEMETRA F- 1800 POWER LIGHT MADEIRA C - Descrição: Banco confeccionado em concreto armado, com assento e encosto formados por listões de madeira maciça de reflorestamento, unindo estética e resistência.

IX - Banco DEMETRA A - 600 CUBICO - Descrição: Banco cúbico, monolítico, executado em concreto armado branco, projetado para integrar áreas de convivência de forma moderna e funcional.

X - Floreira DEMETRA ARTEMIDE B - Descrição: Estrutura em concreto armado branco, com dimensões definidas para compor um ambiente paisagístico, destinada à instalação de plantas ornamentais.

XI - Banco BREAK TIME WE - Descrição: Banco urbano com encosto, composto por madeira e aço, projetado para áreas de convivência e pausas rápidas, garantindo ergonomia e conforto.

XII - Mesa BREAK TIME TW C - Descrição: Mesa retangular com tampo de madeira e estrutura metálica, voltada para áreas de convivência, ideal para reuniões informais e apoio no uso diário.

XIII - Mesa YOO DE JOGOS - Descrição: Mesa de jogos confeccionada com tampo de madeira maciça de reflorestamento, suportada por estrutura metálica em formato de cantoneira, promovendo interação lúdica.

XIV - Banco YOO PARA MESA DE JOGOS - Descrição: Conjunto de bancos com assento em madeira maciça, concebidos para serem utilizados com a mesa de jogos, proporcionando conforto e design integrado.

XV - Gira Gira Orbital - Descrição: Brinquedo urbano do tipo gira-gira, com base e estrutura metálica, que proporciona experiências de lazer seguras e divertidas com movimentos controlados.

- XVI - Bicicletário SPYRA A - Descrição: Estrutura modular para estacionamento de bicicletas, confeccionada com tubos de aço SAE 1020 em formato de espiral, incentivando o uso de transporte sustentável.
- XVII - Banco STONE P - Descrição: Banco em concreto armado branco com aspecto de pedra natural, que proporciona conforto e enfatiza a estética contemporânea do espaço.
- XVIII - Banco STONE M - Descrição: Banco monolítico com design diferenciado, em concreto armado branco, simulando o aspecto de pedra seixo para integrar modernidade com rusticidade.
- XIX - Banco STONE G - Descrição: Variante de banco com design inovador, implementado em concreto armado branco, sem encosto e com acabamento que reforça a identidade urbana.
- XX - Balizador Genesis B - Descrição: Balizador metálico em formato cilíndrico, composto por elementos em tubo de aço e tecnologia LED de baixo consumo, destinado a sinalizar, delimitar espaços e promover a segurança durante a circulação.
- XXI - Cinzeiro FU - Descrição: Cinzeiro metálico em formato cilíndrico, desenvolvido para o descarte seguro de resíduos oriundos do fumo, com design prático e funcional.
- XXII - Lixeiras Bravo Colonial - Diversas Modalidades - Descrição: Conjunto de lixeiras em chapa de aço galvanizado, apresentando versões dupla e simples, com ou sem cobertura e com/ou sem afastador, garantindo eficiência no descarte de resíduos.
- XXIII - Refletor Sinalizador de Estrada - Descrição: Tachões de Alumínio, tipo tachinha solar, em formato trapezoidal, destinado a sinalizar, delimitar espaços e promover a segurança durante a circulação.
- XXIV - Busto em Homenagem à Enfermeira Anna Nery - Descrição: Escultura realista e de alta qualidade que retrata o rosto da enfermeira Anna Nery, produzida com materiais duráveis e resistentes a vandalismo, com base sólida e sistema de iluminação adequado para realçar seus traços. A peça incluirá o projeto executivo, fabricação, transporte e instalação, conforme definido nos projetos anexos.

3.3.2. Transporte/Entrega, Instalação e Manutenção Preventiva Inicial

- 3.3.2.1. Após a aquisição, todos os itens deverão ser transportados e entregues na Sede do Cofen, bem como instalados conforme o projeto anexo (Anexo F), que define a disposição exata de cada item no ambiente urbano e na área interna.
- 3.3.2.2. Os itens deverão ser entregue em perfeitas condições, devidamente embalados para o transporte até o local de instalação sem danos.
- 3.3.2.3. Os itens deverão ser novos, sem uso e que estejam em linha de produção, vedado o uso de material improvisado, peças adaptadas ou recondiçionadas.
- 3.3.2.4. Na fabricação do mobiliário urbano, deverá ser empregada mão-de-obra de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo acabamento e aparência, utilizando métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas do mercado.
- 3.3.2.5. A instalação dos itens deverá proporcionar perfeitas condições de uso, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência.
- 3.3.2.6. A instalação incluirá os sistemas complementares – como a infraestrutura elétrica para iluminação e ações de adequações necessárias – e seguirá as especificações técnicas para garantir o perfeito funcionamento dos itens adquiridos.
- 3.3.2.7. As intervenções englobam serviços de instalação, que vão além dos itens de mobiliário em si:
- a) A fase inicial da execução consiste na preparação extensiva do local, que é necessária para receber adequadamente os novos itens. Esta etapa envolve a remoção de pavimentos e estruturas existentes, seguida pelo preparo do solo e a criação de bases e ancoragens adequadas para os elementos mais pesados. Simultaneamente, é executada a infraestrutura subterrânea essencial, como a instalação de dutos e cabeamento elétrico, que alimentarão o novo sistema de iluminação externa.
 - b) Concluída a preparação do terreno, inicia-se a instalação dos itens de mobiliário, cuja fabricação deverá obedecer a rigorosos padrões de qualidade e sustentabilidade. Os materiais especificados garantem durabilidade e resistência ao vandalismo, um risco identificado no planejamento. As estruturas metálicas recebem um tratamento duplo de pintura, os componentes de madeira são de origem certificada (FSC) e tratados contra intempéries, e os elementos estruturais são de concreto de alta

performance. O escopo de instalação abrange elementos de descanso (bancos com e sem encosto), itens de convivência e lazer (mesas de jogos e brinquedos), paisagismo (floreiras), iluminação e utilidades, como bicicletários, cinzeiros, coletores de resíduos e busto comemorativo.

c) A fase final da execução foca na funcionalidade e segurança do fluxo de pessoas e veículos, conforme o Memorial Descritivo. Isso inclui a instalação da sinalização vertical (placas de velocidade, sentido e parada) e a execução da sinalização horizontal, como pintura de faixas de demarcação de vagas e instalação de redutores de velocidade. É nesta etapa que também se garante a acessibilidade universal, com a instalação de calçadas táteis.

d) O contrato deverá prever que, após a instalação, a contratada realize uma manutenção preventiva inicial durante o período de vigência, assegurando a funcionalidade e a calibração dos itens. Todos os produtos instalados possuem, adicionalmente, uma garantia de 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação.

3.3.2.8. O serviço de instalação é caracterizado como uma obrigação de resultado, devendo a Contratada entregar todos os itens em perfeitas condições de uso, conforme item 3.3.2.5, sendo responsável por todas as etapas necessárias para atingir este fim, e compreende as seguintes fases:

	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	DETALHAMENTO/OBSERVAÇÕES DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO
1. SERVIÇOS PRELIMINARES E PLANEJAMENTO	1.1	Avaliação Técnica do Local	A contratada deverá iniciar com uma avaliação detalhada das dependências onde os equipamentos serão instalados, identificando todas as intervenções necessárias para preparar o ambiente.
	1.2	Obtenção de Licenças e Autorizações	A contratada será integralmente responsável por obter todas as licenças, alvarás e autorizações para a implantação do mobiliário e do busto junto aos órgãos competentes.
	1.3	Planejamento Logístico	A empresa será responsável por coordenar toda a logística de transporte, armazenamento seguro e manuseio dos itens até a sua instalação final na nova sede do Cofen.
2. PREPARAÇÃO DO LOCAL E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	2.1	Fundações e Bases	Construção de bases e fundações em concreto armado, conforme dimensionamento de projeto, para a correta fixação de todos os itens de mobiliário e do busto, garantindo estabilidade e durabilidade.
	2.2	Adequações de Pavimentação e Acessibilidade	Realização de melhorias no pavimento, pintura de sinalização e a criação ou adaptação de acessos, garantindo a acessibilidade universal conforme a norma ABNT NBR 9050 e o projeto.
	2.3	Adequações Elétricas e Complementares	Execução completa da infraestrutura elétrica, incluindo a instalação de pontos de energia para alimentar as luminárias, e adequações hidráulicas ou de drenagem, se necessárias.
3. INSTALAÇÃO E MONTAGEM	3.1	Montagem dos Equipamentos	Realização da montagem de todos os itens de mobiliário urbano e do busto, seguindo rigorosamente as especificações técnicas do fabricante e do projeto.
	3.2	Instalação e Fixação	Instalação e fixação de cada equipamento no local exato definido em projeto, utilizando os materiais e técnicas adequadas para garantir a estabilidade e a segurança dos itens
4. VERIFICAÇÃO, FINALIZAÇÃO E ENTREGA	4.1	Testes, Comissionamento e Ajustes	Realização de testes de conformidade e ajustes técnicos para assegurar que os equipamentos atinjam os padrões de qualidade e segurança estabelecidos, incluindo a calibração das luminárias.
	4.2	Gestão de Resíduos e Limpeza Final	A contratada será responsável pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados, devendo promover a logística reversa de embalagens e realizar a limpeza completa da área de instalação.

	4.3	Entrega Técnica e Documentação	Ao final da instalação, a contratada deverá apresentar a documentação técnica apropriada, incluindo laudos de inspeção e conformidade, que comprovem a plena adequação do ambiente.
--	-----	--------------------------------	---

3.3.2.9. Abaixo segue tabela com o detalhamento dos serviços de manutenção preventiva:

LISTA DE ITENS	PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
1. Luminárias LED	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a calibração das luminárias para garantir a eficiência e correta iluminação. • Efetuar a verificação e o reaperto de todas as fixações.
2. Mobiliário com Estrutura Metálica e/ou Madeira (Bancos, Lixeiras, Mesas, Bicicletário, Brinquedos, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar as estruturas metálicas para identificar pontos de corrosão ou desgaste. • Realizar a verificação e o reaperto de todas as fixações e parafusos.
3. Busto em Homenagem à Anna Nery	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar inspeção visual da estrutura e da base de fixação. • Executar limpeza periódica utilizando apenas produtos ecologicamente corretos.
4. Todos os Itens (Procedimentos Gerais)	<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir inspeções regulares em todos os bens instalados para verificar a funcionalidade geral e a integridade estrutural. • Realizar eventuais ajustes necessários para sanar problemas decorrentes do uso inicial ou da instalação. • Promover a substituição, sem custos adicionais, de quaisquer componentes que apresentem defeitos de fabricação ou que estejam cobertos pela garantia.

3.3.2.10. Dever ser previsto um período de manutenção preventiva inicial de 12 (doze) meses para todos os itens instalados. Durante este período de 12 meses, serão realizadas, semestralmente, inspeções regulares, verificação das fixações e eventuais ajustes ou substituições de componentes com defeitos. Esta manutenção inicial visa sanar eventuais problemas decorrentes da instalação e garantir o correto funcionamento dos equipamentos no primeiro ano de uso.

3.3.2.11. A manutenção preventiva consiste em um conjunto de ações proativas e planejadas para evitar o surgimento de falhas, garantir o funcionamento otimizado dos equipamentos e prolongar sua vida útil e se distingue da garantia, pois essas ações de manutenção preventiva como inspeção, limpeza, calibração, reapertos e outras não são cobertas pela garantia/assistência técnica padrão, que só atua em caso de defeito. A manutenção preventiva busca justamente evitar que o defeito ocorra.

3.3.2.12. Além das obrigações impostas pela legislação vigente e pelas normas aplicáveis às contratações públicas, a Contratada deverá executar integralmente o fornecimento, transporte, instalação e a manutenção preventiva inicial dos equipamentos de mobiliário urbano e do busto, conforme as especificações técnicas e o projeto aprovado. Para tanto, a Contratada se obriga a:

- Responder por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, englobando a aquisição dos itens, seu transporte, a instalação (incluindo a realização de todas as ações e adequações necessárias para a correta implantação dos itens adquiridos) e a manutenção preventiva inicial, bem como por todos os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários dos empregados envolvidos na prestação dos serviços.
- Recrutar, selecionar e designar funcionários qualificados para a execução dos serviços, que deverão portar crachá de identificação e manter uniformes adequados, obedecendo às normas internas e às orientações do fiscal do contrato. Os colaboradores deverão receber treinamento técnico e de segurança no trabalho, garantindo a execução dos serviços com qualidade e segurança.

- c) Adotar todas as medidas necessárias para a prevenção de acidentes e danos durante a execução dos serviços, utilizando os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e seguindo as recomendações dos órgãos de segurança do trabalho. A Contratada deverá observar práticas sustentáveis, otimizando o uso racional de recursos e promovendo a logística reversa de resíduos e embalagens, conforme as diretrizes ambientais vigentes.
- d) Realizar, sob sua responsabilidade, todas as reformas e adequações necessárias para permitir a instalação segura e adequada dos equipamentos, conforme estabelecido no projeto aprovado. Essa obrigação inclui a preparação da infraestrutura, a adequação do espaço e quaisquer intervenções complementares que se fizerem necessárias para a correta implantação dos itens adquiridos.
- e) Manter registros diários e elaborar relatórios periódicos que detalhem as atividades executadas, eventualidades ocorridas e ações corretivas adotadas, os quais deverão ser apresentados ao fiscal do contrato para garantir a transparência e o controle da execução dos serviços.
- f) Assegurar que os itens instalados (mobiliário urbano e busto) atendam, dentro dos prazos estipulados, às especificações técnicas definidas no projeto. Caso os serviços realizados não atinjam os padrões de qualidade exigidos, a Contratada deverá realizar, sem custos adicionais para o Cofen, a correção ou refazimento dos serviços.
- g) Substituir, no prazo máximo de 24 horas após notificação do Contratante, qualquer funcionário cuja conduta ou desempenho estejam em desacordo com os padrões exigidos, garantindo a continuidade e a qualidade na prestação dos serviços.
- h) A empresa contratada será responsável por todas as aprovações necessárias para a instalação dos itens de mobiliário urbano e do busto, incluindo a obtenção de licenças e autorizações junto aos órgãos competentes. Essa responsabilidade abrange a verificação de conformidade com as normas técnicas, ambientais e regulatórias aplicáveis, garantindo que todas as etapas do projeto sejam executadas de acordo com a legislação vigente. A contratada deverá assegurar que a documentação completa e as aprovações requeridas estejam devidamente apresentadas, evitando assim quaisquer impedimentos ou atrasos na execução dos serviços.
- i) Ao adotar estas medidas, a Contratada garantirá que os itens de mobiliário urbano e o busto sejam instalados e mantidos conforme as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos, abrangendo inclusive as obras de reforma e adequação necessárias para a plena implantação desses itens, contribuindo para a criação de um ambiente seguro, funcional, estético e sustentável na nova sede do Cofen.
- j) Será previsto um período de manutenção preventiva inicial de 12 meses para todos os itens instalados. Durante esse período, serão realizadas, semestralmente, inspeções regulares, calibração das luminárias, verificação das fixações, e eventuais ajustes ou substituições de componentes com defeitos. Essa estratégia visará assegurar a funcionalidade dos equipamentos e prolongar a vida útil dos itens, minimizando custos com manutenções futuras.

3.3.3. Providências para Adequação do Ambiente do Cofen

3.3.3.1. A empresa contratada deverá iniciar com uma avaliação detalhada das dependências onde os equipamentos serão instalados, identificando as intervenções necessárias para preparar o ambiente de forma adequada. Com base nessa análise, a contratada realizará todos os procedimentos de preparação do local, que incluirão ajustes na infraestrutura elétrica, hidráulica e de comunicação, bem como a organização dos espaços para garantir acessibilidade, segurança e a perfeita compatibilidade com o projeto aprovado. Tais intervenções poderão abranger a melhoria do pavimento, a criação ou adaptação de acessos e a instalação de pontos de energia e sistemas de drenagem, sempre com o intuito de facilitar a instalação e o correto funcionamento dos equipamentos.

3.3.3.2. Ademais, a empresa será responsável por coordenar a logística de transporte, armazenamento e montagem dos itens, garantindo o manuseio seguro e a integridade de cada equipamento. Durante a montagem, serão realizados testes de conformidade e os ajustes técnicos necessários para assegurar que os equipamentos atinjam os padrões de qualidade e segurança estabelecidos. Ao final do processo de preparação e instalação, a contratada deverá apresentar a documentação técnica apropriada incluindo laudos de inspeção e conformidade, que comprove a plena adequação do ambiente às exigências do Cofen, garantindo assim que o mobiliário urbano e o busto estejam instalados e operacionais em um espaço preparado para promover a eficiência, a segurança e a valorização da enfermagem junto à comunidade.

3.3.4. Especificações Técnicas Sustentáveis Acerca do Objeto

3.3.4.1. A contratação deve priorizar a eficiência energética e a durabilidade dos materiais e o design modular dos equipamentos permitirá a substituição de peças, prolongando a vida útil e minimizando o descarte.

- 3.3.4.2. Madeira: exigência de utilização de madeira de reflorestamento certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council), comprovando o manejo florestal sustentável e a rastreabilidade da madeira.
- 3.3.4.3. Aço: utilização de chapas de aço com tratamento anticorrosivo de alta durabilidade, com resistência comprovada a névoa salina superior a 2.800 horas, conforme NBR 17088:2023, visando prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir a necessidade de substituições.
- 3.3.4.4. Concreto: priorização do uso de concreto com agregados reciclados, em conformidade com a Resolução CONAMA 307/2002, reduzindo o consumo de recursos naturais e o descarte de resíduos da construção civil.
- 3.3.4.5. Luminárias: exigência de luminárias LED com alta eficiência energética, certificação INMETRO/Procel Edifica, vida útil mínima de 50.000 horas (conforme NBR IEC 60598-2-3:2021), isolamento IP65 (proteção contra intempéries) e temperatura de cor adequada (6.500K), visando reduzir o consumo de energia e os custos operacionais.
- 3.3.4.6. Tintas e Revestimentos: utilização de tintas e revestimentos isentos de chumbo e outros metais pesados, com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC), com dupla camada (cataforese + epóxi texturizado) para reduzir a necessidade de manutenção, minimizando os impactos à saúde humana e ao meio ambiente.
- 3.3.4.7. Busto: seleção de materiais duráveis e de baixa manutenção, como bronze, aço inoxidável ou pedra natural, com certificação de origem e qualidade, garantindo a longevidade das obras e reduzindo a necessidade de intervenções frequentes. Adicionalmente, poderão ser exigidos certificados de qualidade e origem dos materiais utilizados na construção do busto.
- 3.3.4.8. Gerenciamento de Resíduos: a contratada será responsável pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados durante a fabricação, transporte, instalação e manutenção preventiva dos equipamentos, incluindo a coleta seletiva, o acondicionamento, o transporte e a destinação final ambientalmente correta, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 3.3.4.9. Logística Reversa: a contratada deverá implementar um sistema de logística reversa para o recolhimento de embalagens, materiais descartados e equipamentos substituídos, encaminhando-os para reciclagem ou destinação final adequada, em alinhamento com o Decreto nº 10.936/2022.
- 3.3.4.10. Uso Racional de Recursos: a contratada deverá adotar práticas de uso racional de água e energia durante a execução dos serviços, bem como priorizar o uso de equipamentos e ferramentas com baixo consumo de energia.
- 3.3.4.11. Capacitação Ambiental: a contratada deverá promover a capacitação de seus funcionários em temas relacionados à sustentabilidade, visando sensibilizá-los para a importância da preservação ambiental e do uso racional de recursos.
- 3.3.4.12. Monitoramento e Avaliação: a contratada deverá monitorar e avaliar o desempenho ambiental dos serviços, apresentando relatórios periódicos que demonstrem o cumprimento das práticas de sustentabilidade estabelecidas.
- 3.3.4.13. Fornecedores: priorizar a contratação de fornecedores que possuam certificações e práticas de sustentabilidade.
- 3.3.4.14. A calibração semestral das luminárias e fixações, inspeção das estruturas metálicas contra corrosão, substituição de componentes sob garantia e inspeção e limpeza periódica do busto com produtos ecologicamente corretos é elemento que compõe a a gestão sustentável do objeto.
- 3.3.4.15. A inclusão desses critérios e práticas de sustentabilidade visa garantir que a contratação contribua para a proteção do meio ambiente, o uso racional de recursos e a promoção do desenvolvimento sustentável, em consonância com os princípios da Administração Pública e as diretrizes da legislação ambiental.
- 3.3.4.16. A empresa contratada deverá obter todas as licenças e autorizações necessárias para a implantação do mobiliário urbano e do busto, assumindo integral responsabilidade por sua aprovação junto aos órgãos competentes. Isso inclui, mas não se limita a, licenças de instalação e autorizações ambientais, garantindo a conformidade com as normas legais. Adicionalmente, a contratada deverá gerir adequadamente os resíduos e adotar práticas sustentáveis, conforme as diretrizes ambientais vigentes.

3.3.5. Obrigações da Contratada

- 3.3.5.1. Fornecer os itens de acordo com as especificações e condições expressas neste Termo de Referência;
- 3.3.5.2. Os itens deverão estar embalados de forma apropriada, quando for o caso, acompanhados da respectiva nota fiscal, para conferência;
- 3.3.5.3. Entregar os itens constantes deste Termo de Referência respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as Portarias do INMETRO em vigor, no que couber;
- 3.3.5.4. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como por todo o transporte e deslocamentos necessários à entrega e instalação;

- 3.3.5.5. Substituir o material que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento provisório;
- 3.3.5.6. Retirar o material recusado no momento da entrega do mobiliário correto, facultando ao Contratante dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado (permanência superior a 30 dias) em suas dependências.
- 3.3.5.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 3.3.5.8. Responder, integralmente, pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que esses não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
- 3.3.5.9. Manter atualizados, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação que ensejaram a contratação.
- 3.3.5.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, possíveis acréscimos ou supressões dos fornecimentos, nos termos da Lei.
- 3.3.5.11. Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente à empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação e sagrou-se vencedora.
- 3.3.5.12. Apresentar, à época da assinatura da Ordem de Fornecimento de Material, declaração do fabricante, informando a existência de prestação de assistência técnica nesta Capital, constando razão social, endereço e telefone.
- 3.3.5.13. Prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários durante o período da garantia, devendo proporcionar ao Contratante todos os esclarecimentos e informações que forem considerados necessários para a utilização do mobiliário urbano.
- 3.3.5.14. Todos os mobiliários ofertados deverão ser garantidos pelo proponente fabricante de que prestará garantia mínima contratual, a contar da entrega, com observância dos seguintes requisitos:
 - a) reparar ou substituir peças que acusem defeito de fabricação ou funcionamento;
 - b) manter assistência técnica, partes e peças de reposição, após a descontinuidade de fabricação.
- 3.3.5.15. O prazo de garantia mínima contratual dos bens (mobiliário urbano e busto) é de 2 (dois) anos, a contar do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.3.6. Obrigações do Contratante

- 3.3.6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 3.3.6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3.3.6.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.3.6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de fiscal especialmente designado;
- 3.3.6.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 3.3.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

- 4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos descrição do objeto, ainda devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. O cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental, redução de resíduos sólidos e destinação adequada de resíduos;

4.1.1.2. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas contratações promovidas pela Administração Pública, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, o Cofen poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

4.1.1.3. A Contratada deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010.

4.1.1.4. As boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que devem ser observados pela Contratada, no que couber.

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

e) Descarte adequado de materiais tóxicos, da forma ecologicamente correta.

f) Utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

g) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

h) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

i) Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, de acordo com a Lei 12.305/10.

j) A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

k) Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei 14.133/21 e com o art. 6º, incisos I, IV e VI e art. 4º, inciso IX, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

l) Obedecer às normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

4.1.2. Além do apontado acima, devem ser observadas pela Contratada outras práticas sociais, devendo comprovar, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

4.1.2.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04 de 11/05/2016;

4.1.2.2. Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto n. 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n. 29 e 105.

4.2. **Da exigência de amostra**

4.2.1. Não será necessário apresentação de amostras.

4.3. **Subcontratação**

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Garantia da contratação

- 4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.4.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.4.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.4.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.4.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.4.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.4.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.4.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.4.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.4.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 4.4.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.4.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.4.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.4.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.4.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.4.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.4.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.4.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.4.12.3. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.4.12.4. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.4.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.4.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.4.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.4.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.5. **Vistoria**

4.5.17. Apesar de não ser obrigatória, a avaliação prévia é altamente recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia do local onde será instalado o mobiliário, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.5.18. A vistoria deverá ser previamente agendada juntamente com o Departamento Administrativo do Cofen, por meio do telefone (61) 3329-5800, de segunda à sexta-feira, das 08h às 16h, em dias úteis, sendo obrigatório realizar o agendamento informado.

4.5.19. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.20. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, devendo preencher e assinar Declaração de Vistoria, conforme Anexo C deste Termo de Referência.

4.5.21. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5.23. As visitas devem respeitar as recomendações normativas quanto à saúde e segurança do trabalho e não serão permitidas intervenções no sistema elétrico, tal como, manobras em equipamentos.

4.5.24. O Contratante se reserva o direito de não autorizar vistorias sem agendamento, caso o representante do licitante compareça em horário impróprio ou diverso daquele que fora agendado.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Condições de Entrega**

5.1.1. O prazo de fabricação e entrega dos itens é de até 90 (noventa) dias corridos (etapa 1), contados da data de assinatura do contrato. Trata-se de período destinado à fabricação de todo o mobiliário urbano e do busto, e ao transporte e entrega de todos os itens na nova sede do Cofen.

- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 45 (dias) corridos dias de antecedência do término do prazo para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, sendo o prazo máximo de prorrogação permitido igual período, ou seja, mais 90 (noventa) dias, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.3. Após a entrega, o prazo de instalação e adequações é de até 60 (sessenta) dias corridos (etapa 2), iniciando-se após a entrega de todos os itens (término da etapa 1). Trata-se de período destinado à execução completa dos serviços de preparação do local, adequação da infraestrutura, montagem, fixação dos equipamentos, testes e limpeza final.
- 5.1.4. Os itens deverão ser entregues em dias úteis, no seguinte endereço: EQS 208/209 Bloco A, Lote 1, Asa Sul, Brasília/DF, das 8h às 17h.
- 5.1.5. A instalação dos itens será efetuada de acordo com projetos previamente apresentados.
- 5.1.6. Os serviços de manutenção preventiva inicial deverão ser realizados após a completa instalação dos itens de acordo com a demanda informada informada e agendada pelo Departamento Administrativo do Cofen, até o fim da vigência. Após cada manutenção é necessária emissão de relatório detalhado dos serviços executados.

Quadro resumo dos prazos para entrega e instalação dos itens

Etapa	Descrição	Prazo	Observações
1	Fabricação e Entrega	Até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato	Período destinado à fabricação de todo o mobiliário urbano e do busto, e ao transporte e entrega de todos os itens na nova sede do Cofen.
2	Instalação e Adequações	Até 60 (sessenta) dias corridos, iniciando-se após a entrega de todos os itens (término da Etapa 1)	Período para a execução completa dos serviços de preparação do local, adequação da infraestrutura, montagem, fixação dos equipamentos, testes e limpeza final.
3	Recebimento e Início da Manutenção	Imediatamente após a conclusão da Etapa 2	A contratada deverá apresentar toda a documentação técnica para o recebimento definitivo dos serviços. A partir desta data, inicia-se a contagem do prazo da manutenção preventiva inicial com duração de 12 meses. As ações de manutenção preventiva deverão ser de periodicidade semestral.

5.2. **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3. **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deve totalizar, no mínimo, 2 (dois) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.3.2. A garantia para todo o mobiliário urbano especificado deverá abranger defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega/instalação.
- 5.3.3. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.3.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva nos itens ou correção/refazimento dos serviços de instalação que não atendam aos padrões de qualidade, pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.3.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos itens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.3.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio (dois anos) e desvinculado da vigência do contrato (que é de 17 meses para fornecimento, instalação e manutenção preventiva inicial), permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3.8. No que tange aos serviços de instalação, o escopo da garantia e das obrigações da Contratada é detalhado da seguinte forma:

5.3.8.1. Cobertura de Defeitos de Fabricação e Transporte: A garantia de 2 (dois) anos para o mobiliário urbano especificado abrange, explicitamente, defeitos de fabricação, bem como eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega/instalação.

5.3.8.2. Responsabilidade pela Qualidade da Instalação: a Contratada deve ser integralmente responsável pela execução do fornecimento, transporte, instalação (incluindo as adequações necessárias nas obras existentes) e a manutenção preventiva inicial.

5.3.8.3. Obrigação de Correção dos Serviços: A Contratada tem a obrigação de assegurar que os itens instalados (mobiliário urbano e busto) atendam às especificações técnicas definidas no projeto. Caso os serviços realizados, incluindo a instalação, não atinjam os padrões de qualidade exigidos, a Contratada deverá realizar, sem custos adicionais para o Cofen, a correção ou refazimento dos serviços. Isso inclui realizar todas as reformas e adequações necessárias para permitir a instalação segura e adequada dos equipamentos.

5.3.9. A garantia é uma obrigação legal e contratual do fornecedor de reparar ou substituir, sem custo, um produto que apresente defeitos de fabricação ou vícios de material dentro de um determinado período. Sua natureza é corretiva, ou seja, ela é acionada após a constatação de uma falha ou defeito.

5.4. **Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato**

5.4.1. Não é necessário procedimento de transição e finalização do contrato, tendo em vista a natureza da contratação.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. **Fiscalização**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. **Fiscalização Técnica**

6.7.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

6.8. **Fiscalização Administrativa**

- 6.8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.8.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.9. **Gestor do Contrato**

- 6.9.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.9.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.9.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.9.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.9.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.9.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da contratada sobre a conclusão de 100% dos serviços de instalação e adequações e do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue e instalado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4.

8.1.5. Para fins de recebimento definitivo do objeto, a Contratada deverá apresentar cópia dos documentos complementares (ensaios, testes, laudos e demais certificados) listados abaixo, assim como seus respectivos resultados. Os laudos e certificados técnicos especificados serão exigidos como condição para o recebimento definitivo:

- I - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 5738/2016 e NBR 5739/2018 relatório de ensaio com Fck mínimo de 35 MPa.
- II - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 8095:2015 Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada mínimo 1500 horas - chapa de aço carbono;
- III - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 17088:2023; ISO 4628-3:2003 e NBR ISO 4628-3:2015 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina mínimo 2800 horas - chapa de aço carbono;
- IV - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 5841:2015- Determinação de grau de empolamento de superfícies pintadas; NBR 17088:2023- Material metálico revestido e não revestido; - chapa de aço carbono;
- V - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 8096:1983 - Material metálico revestido e não-revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre mínimo 1500 horas – chapa de aço carbono;
- VI - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 15454/2007 – Propriedade da estrutura metálica– chapa de aço, composta por matriz de grão ferríticos, tamanho de grão nº 9 conforme NBR 11568:2016; - chapa de aço carbono;
- VII - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR NM 87:2000- Análise química - - chapa de aço carbono;
- VIII - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 10443/2023 - Tintas e vernizes – Determinação da espessura da película mínimo 600 µm; - chapa de aço carbono;
- IX - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 11003/2023 - Tintas – Determinação da aderência. - chapa de aço carbono – Y0/X0/GR0; - Certificado FSC da madeira;
- X - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme ISO 6508-1-19- Dureza; chapa de aço inox;
- XI - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme ABNT 5601- 2011 – Análise química - chapa de aço inox
- XII - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 8096:1983 - Material metálico revestido e não-revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre mínimo 800 horas – chapa de aço inox;
- XIII - Laudo ou certificação de desempenho do produto conforme NBR 8095:2015 Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada mínimo 800 horas - chapa de aço inox.

8.1.6. Somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o objeto será considerado formalmente entregue, dando início ao prazo da manutenção preventiva inicial de 12 meses e aos trâmites para o pagamento.

8.1.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.11. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. o prazo de validade;

8.2.2.2. a data da emissão;

8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Cessão de crédito

8.5.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.5.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.5.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.5.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4. Habilitação jurídica

9.4.1. Em caso de Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.2. Em caso de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.3. Em caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4. Em caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5. Em caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.6. Em caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7. Em caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

9.4.8. Em caso de Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.9. Em caso de Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021), além da documentação específica das empresas. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.9.1. A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as seguintes normas, bem como o contido nos arts. 15 e 67 da Lei nº 14.133/21 e as demais disposições do edital sobre o tema:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.4.10. Fica vedada a participação de Pessoa Física, pois entende-se, conforme parágrafo único, do art. 4º, da IN 116/2021, que a contratação exige estrutura mínima para a realização do objeto e equipe de profissionais para execução dos serviços, o que é incompatível com a natureza profissional da pessoa física.

9.4.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- 9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, dada a natureza e o vulto da contratação, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.6.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.6.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.
- 9.6.5.1. De acordo com a área demandante, a exigência de qualificação financeira com base nos exercícios sociais se justifica como uma medida de prudência e de mitigação de riscos para a Administração, dada a natureza e o vulto da contratação.
- 9.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa, a fim de se garantir maior segurança à Administração, evitando-se eventuais riscos de incapacidade econômica do licitante em suportar as suas obrigações constantes no certame, em conformidade com a previsão do § 1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. **Qualificação Técnica**

9.7.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.7.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.7.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.7.3. Para o Grupo 1: registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA ou CAU, em plena validade;

9.7.4. Para ambos os grupos: Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.7.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: comprovação de fornecimento de, no mínimo, 50% dos itens, com características e condições semelhantes às descritas neste Termo;

9.7.4.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.7.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7.5. As exigências acima se justificam pelas características técnicas do objeto e dos serviços acessórios, mesmo não se tratando estritamente de um serviço de engenharia, considerando a natureza da instalação, já que o objeto envolve a instalação de itens que requerem a execução de bases civis, interligações elétricas e a realização de reformas e adequações necessárias no ambiente físico e a fabricação e instalação do monumento/busto em homenagem à enfermeira Anna Nery, que deverá ser uma escultura de alta qualidade, exigindo materiais duráveis, base sólida e fixação segura.

9.8. **Disposições gerais sobre habilitação**

9.8.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 9.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, § 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;
- 9.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.9.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;
- 9.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.175.555,24 (dois milhões, cento e setenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima do item 1.1, após pesquisa de preços.
- 10.2. A estimativa de preços será precedida de regular análise e pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, realizada pelo Setor de Compras e Contratações e pelo Departamento de Tecnologia da Informação, na forma da referida Instrução Normativa, e dos valores recomendados pela Controladoria Geral do Cofen e aprovados pelo Plenário do Cofen.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Cofen no exercício de 2025 e serão alocados pelo Departamento Financeiro deste Conselho.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte rubrica: 6.2.2.1.1.01.33.90.030.048 - Bens Não Ativáveis.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem similares que porventura se façam necessários para a sua boa execução.
- 12.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 12.3. A apresentação de proposta implica na plena aceitação pela licitante adjudicatária das condições contidas neste Termo de Referência;
- 12.4. É proibida, por parte da Contratada, durante a vigência do contrato, a contratação de empregado pertencente ao quadro de colaboradores do Cofen.
- 12.5. A Contratada fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização da Administração do Cofen.

13. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 13.1. Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 13.1.1. ANEXO A - Especificações Técnicas;
- 13.1.2. ANEXO B - Memorial Descritivo - Projeto de Mobiliário Urbano e Sinalização Viária;
- 13.1.3. ANEXO C - Modelo de Declaração de Vistoria;

- 13.1.4. ANEXO D - Modelo de Termo de Compartilhamento de Dados e Confidencialidade;
- 13.1.5. ANEXO E - Modelo de Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade Socioambiental;
- 13.1.6. ANEXO F - Planta Projeto Mobiliário Urbano Geral (0967322);
- 13.1.7. ANEXO G - Planta Projeto de Implantação (0967411);
- 13.1.8. ANEXO H - Planta Projeto Construir (0967422);
- 13.1.9. ANEXO I - Planta Projeto Demolir (0967518);

O presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante e Técnicos e pela autoridade responsável pela aprovação do Termo de Referência, com fulcro no art. 30 da IN n. 05/2017-MPDG.

ISAAC RAFAEL BARBOSA DE SOUSA

Integrante Requisitante

ALEX LUSTOSA ELVAS DE SOUSA

Integrante Técnico I

DENISE ARAÚJO DO PRADO PINTO

Integrante Técnico II

Aprovado por:

MARCIA DE OLIVEIRA C. BESSA - 591

Chefe do Departamento Técnico de Contratações

Portaria Cofen n. 744/2019

ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	EQUIPAMENTO	DESCRIPTIVO
1	LIXEIRA BOX WOOD B - 100 L	Lixeira com capacidade de 100 L constituída de corpo retangular em estrutura metálica, com porta frontal e fechamento traseiro em listões de madeira. Corpo e cabeceira confeccionados em chapa de aço carbono SAE 1010/1020 com espessura de 3,75 mm, ligados através do conjunto de porcas e parafusos inox M6. Fechamento traseiro constituído de 5 listões de madeira com espessura 28 mm, com afastamento médio de 8 mm entre si, a fim de evitar o acúmulo de umidade, fixados a estrutura através de parafusos inox cabeça abaulada 4,2 x 25 mm. Corpo da lixeira, com laterais e travessas em chapa de aço 1010/1020, estampadas em soldadas por sistema de solda MIG. Porta constituída de 4 listões de madeira maciça de reflorestamento com espessura de 28 mm e 1 listão de madeira maciça de reflorestamento com espessura de 28 mm, com aresta arredondada para permitir o curso da abertura; com afastamento médio de 8 mm entre si, a fim de evitar o acúmulo de umidade, fixados em moldura metálica fabricada em chapa de aço carbono SAE 1010/1020 com espessura de 3,00 mm através de parafusos inox cabeça abaulada 4,2 x 25 mm. Sistema de travamento da porta por meio de imã neodímio de Ø 15 x 5 mm. Aro retangular confeccionado em aço trefilado de Ø7,94 mm, fixado à estrutura através de suporte fabricado em chapa de aço carbono SAE 1010/1020 de 1,5 mm de espessura. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidrorrepelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 905 Largura (mm) 388 Profundidade (mm) 500 Peso (kg) 55. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
2	LUMINARIA STELLA L B	Luminária em formato "I" com estrutura metálica confeccionada em tubo de aço SAE 1020 de secção retangular de 150 x 100 x 3,0 mm, com ângulo mínimo de 92° entre a coluna vertical e o suporte da luminária, unidos entre si por solda MIG. Base da coluna em chapa de aço SAE 1020 espessura de 7,94 mm. Suporte de fixação da luminária fabricado em chapa de aço carbono SAE 1020 de 4,75 mm de espessura e fechamento do tubo confeccionado em chapa de aço carbono SAE1020 com 2,00 mm de espessura. Extremidade inferior da coluna deverá possuir caixa de inspeção com abertura mínima de 60 x 100 mm, e tampa metálica fabricada em chapa de aço galvanizado minimizado de 1,25 mm de espessura, fixada por 4 parafusos de aço Inox M5 com cabeça boleada e sextavado interno. Haste superior transversal a coluna deverá possuir tampa metálica na sua extremidade, fixada por 4 parafusos de aço Inox M5 com cabeça boleada e sextavado interno, permitindo a instalação da luminária. Acabamento da luminária fabricado em chapa de aço galvanizado minimizado de 1,55 mm de espessura. Iluminação lâmpada de LED com no mínimo dois refletores de 30W, isolamento IP65, corpo em plástico resistente com proteção UV, ângulo de abertura 120º, temperatura 6500K, vida útil 50.000h, bivolt automático. Predisposição para fixação ao solo através de 4 furos de Ø 20 mm. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Galvanização a fogo, revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 4000 Largura (mm) 1000 Profundidade (mm) 385 Peso (kg) 63. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
3	LUMINARIA STELLA T B	Luminária em formato "T" com estrutura metálica confeccionada em tubo de aço SAE 1020 de secção retangular de 150 x 100 x 3 mm, com ângulo mínimo de 92° entre a coluna vertical e o suporte da luminária, unidos entre si por 12 parafusos inox M6 e flange fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 4,75 mm de espessura. Base da coluna em chapa de aço SAE 1020 de 9,53 mm estruturada através de mão francesas em chapa de aço com 7,94 mm de espessura unindo coluna / base através de solda tipo MIG. Extremidade inferior da coluna deverá possuir caixa de inspeção com abertura mínima de 60 x

		<p>100 mm, e tampa metálica fixada por 4 parafusos de aço Inox M5 com cabeça boleada e sextavado interno. Predisposição para fixação ao solo através de 4 furos de Ø 20 mm. Haste superior transversal a coluna deverá possuir tampa metálica na sua extremidade, fixada por 4 parafusos de aço Inox M5 com cabeça boleada e sextavado interno, permitindo a instalação das luminárias. Iluminação lâmpada de LED com no mínimo um refletor por braço, isolamento IP65, corpo em plástico resistente com proteção UV, ângulo de abertura 110º, temperatura 6500K, vida útil 50.000h, bivolt automático. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 4027 Largura (mm) 1806 Profundidade (mm) 335 Peso (kg) 76. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
4	LUMINÁRIA TOSCANA	<p>Luminária quadrada tipo pedestal, composta por duas peças em formato “L”, confeccionada em chapa metálica em aço galvanizada com espessura de 1,95 mm. Sistema de difusão da luz através de pequenos retângulos vazados recortados a laser, ao longo do corpo e 4 retângulos maiores na parte superior da luminária. Tubo para passagem de fios fabricado em tubo quadrado de aço galvanizado 20 X 20 X 1,55 mm. Sistema de fixação ao piso através de base metálica confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com espessura de 4,75 mm estruturada lateralmente através de dobras, com 4 pontos de fixação ao piso através de parafusos M10 e 8 pontos de fixação a coluna através de parafusos M6 em aço inox. Fechamento superior através de chapa de aço galvanizado SAE 1020 com espessura de 1,95 mm fixada a coluna através de parafusos M5. Sistema de iluminação através de 2 refletores de LED 20W de potência e 3000K. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 3007 Largura (mm) 200 Profundidade (mm) 200 Peso (kg) 34. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
5	BANCO GAIVOTA B - DUPLO	<p>Banco duplo constituído por dois corpos em concreto armado branco, suporte metálico e assento em madeira ripada. Quando instalado, possui somente um ponto de contato com o pavimento e mantém o assento em posição horizontal suportando carga de 500 kg distribuída homogeneamente sobre o assento. Corpo é bipartido, constituído em concreto armado branco em formato de cunha. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Estrutura interna de barras de aço de espessura de 6,35 e 8,00 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Possui esperas embutidas nas laterais do banco para facilitar o içamento e transporte com rosca interna M20 zincadas. O suporte metálico para fixação do banco em formato cantiléver, fabricado em chapa de AISI 1020 com espessura de 3,75 mm, estampada em forma de U, e base em aço AISI 1020 de espessura 16,00 mm, unidos por sistema de solda MIG, com quatro furos de espera para fixação ao pavimento por meio de chumbadores 5.1/2”. Assento duplo, cada um composto por 30 ripas de madeira maciça de reflorestamento usinadas em formato convexo e unidas entre si por duas chapas de AISI 304 inox de espessura 3,00 mm. O assento deve ser fixado ao corpo por meio de 6 parafusos M6 com cabeça chata e sextavado interno. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d’água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 520 Largura (mm) 3900 Profundidade (mm) 485 Peso (kg) 600. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
6	BANCO SARAH W B - COM ENCOSTO SIMPLES	<p>Banco com encosto em concreto e madeira, com dimensionais externos de 2180 mm de largura x 610 mm de profundidade x 780 mm de altura, composto por pés laterais em blocos monolítico constituído em concreto armado, com estruturação interna composta por vergalhões de aço com diâmetro mínimo de 7,94 mm, unidos entre si por solda tipo MIG e assento e encosto em madeira. Pés laterais fabricados em concreto armado de cor branca, em formato retangular e dimensões 610mm x 450mm x 250mm com massa em formato angular, e estruturação interna através de barras de aço de espessura mínima de 7,94 mm, unidos entre si por solda tipo MIG e 3 insertos roscados M20 utilizados na fixação entre o suporte do assento e os pés. Acabamento superficial polido na face horizontal superior dos pés, com tratamento em verniz incolor antidegradante. Acabamento superficial rústico nas faces verticais periféricas dos pés, com tratamento em verniz incolor, que evita a erosão por poluição atmosférica e mofo, e facilita a limpeza em casos de vandalismo. Assento constituído por 11 listões de madeira maciça de reflorestamento, com espessura mínima de 28 mm e 1700mm de comprimento, fixadas a chassi metálico</p>

		<p>por parafusos inox 4,2 x 25mm, tendo afastamento médio de 4 mm entre si, de forma a evitar o acúmulo de umidade. Estruturação metálica do assento formada por chassi soldado, com suportes fabricados em chapa de aço carbono de 3,75 mm de espessura, e suporte central em chapa de aço carbono de 7,94 mm de espessura. Componentes unidos por solda MIG. Encosto constituído por 4 listões de madeira maciça de reflorestamento, com espessura mínima de 28 mm e 40 mm de largura, no mesmo comprimento do assento fixadas a três suportes metálicos por parafusos inox 4,2 x 25mm. Sistema de união assento encosto através de 3 suportes metálicos em “L” confeccionados em aço SAE 1020 com espessura mínima de 7,94 mm. União do suporte do encosto com o assento através de parafusos, porcas e arruelas inox M10. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 780 Largura (mm) 2180 Profundidade (mm) 610 Peso (kg) 270. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
7	BANCO SARAH W A - SEM ENCOSTO	<p>Banco em concreto e madeira, com dimensionais externos de 2180 mm de largura x 610 mm de profundidade x 450 mm de altura, composto por pés laterais em blocos monolítico constituído em concreto armado, com estruturação interna composta por vergalhões de aço com diâmetro mínimo de 7,94 mm, unidos entre si por solda tipo MIG e assento e encosto em madeira. Pés laterais fabricados em concreto armado de cor branca ou cinza, em formato retangular e dimensões 610mm x 450mm x 250mm com massa em formato angular, e estruturação interna através de barras de aço de espessura mínima de 7,94 mm, unidos entre si por solda tipo MIG e 3 insertos roscados M20 utilizados na fixação entre o suporte do assento e os pés. Acabamento superficial polido na face horizontal superior dos pés, com tratamento em verniz incolor antidegradante. Acabamento superficial rústico nas faces verticais periféricas dos pés, com tratamento em verniz incolor, que evita a erosão por poluição atmosférica e mofo, e facilita a limpeza em casos de vandalismo. Assento constituído por 11 listões de madeira maciça de reflorestamento, com espessura mínima de 28 mm e 1700mm de comprimento, fixadas a chassi metálico por parafusos inox 4,2 x 25mm, tendo afastamento médio de 4 mm entre si, de forma a evitar o acúmulo de umidade. Estruturação metálica do assento formada por chassi soldado, com suportes fabricados em chapa de aço carbono de 3,75 mm de espessura, e suporte central em chapa de aço carbono de 7,94 mm de espessura. Componentes unidos por solda MIG. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 450 Largura (mm) 2180 Profundidade (mm) 610 Peso (kg) 231. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
8	BANCO PONTE CLASSICA 820	<p>Banco composto por assento em madeira maciça de reflorestamento ligado a duas floreiras de concreto armado branco. Banco formado por assento de 1500 mm de largura, composto por três listões de madeira maciça de reflorestamento com mínimo de 28 mm de espessura. Listões fixados por meio de parafusos inox a suportes laterais fabricados em chapa de aço SAE 1020. Floreira em formato circular com bordas arredondadas com raio de 100 mm, formada por 3 elementos constituídos de concreto armado branco. Estrutura metálica interna de reforço fabricada em aço de espessura 6,35 mm e bucha M20 inox, unidos entre si por meio de solda MIG. Faixa metálica externa central de acabamento fabricada em inox com espessura de 0,5 mm. Possui 3 esperas dispostas na parte interna da floreira, para auxílio no içamento e movimentação, fabricadas em aço carbono com espessura de 6,35 mm com tratamento e-coat. Possui sistema de nivelamento ao piso. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Concreto composto por</p>

		<p>mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento rústico ou polido das superfícies verticais ou periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 590 Largura (mm) 3229 Profundidade (mm) 820 Peso (kg) 815. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
9	BANCO DEMETRA F - 1800 POWER LIGHT MADEIRA C	<p>Banco em concreto com assento e encosto em listões de madeira maciça de reflorestamento, composto por base e corpo em blocos monolítico constituído em concreto armado, com estruturação interna composta por vergalhões de aço de diâmetro de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Corpo em concreto armado nas dimensões externas de 1800 x 600 x 450 mm com alívio interno de massa em formato angular, com paredes laterais de espessura de 70 mm e no assento com espessura de 80 mm, rebaixo na parte inferior para acoplamento da base. Base em concreto armado nas dimensões 1650 x 450 x 120 mm com rebaixo interno para retenção e escoamento do excesso de água e furo central de 50 mm de diâmetro, com sistema de nivelamento e regulagem de altura do banco através de 4 parafusos M20 dispostos nos vértices da base. Esperas embutidas nas laterais do banco para facilitar o içamento e transporte, com rosca interna M20. Assento e encosto fabricados em madeira maciça de reflorestamento constituído por listões de madeira com espessura de 28 mm, fixadas a três suportes metálicos cortados a laser e dobrados, fabricados em chapa de aço carbono com 7,94 mm de espessura. Listões fixados por meio de parafusos inox, tendo afastamento médio de 4 mm entre si, de forma a evitar o acúmulo de umidade. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento rústico ou polido das superfícies verticais ou periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 830 Largura (mm) 1800 Profundidade (mm) 600 Peso (kg) 741. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
10	BANCO DEMETRA A - 600 CUBICO	<p>Banco cúbico sem encosto; assento e base monolítico constituído em concreto armado branco. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Com estrutura interna de barras de aço de espessura de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Corpo com esperas internas embutidas através de duas buchas M20 inox. Base com regulagem para altura através de parafusos de apoio para o corpo, através de conjunto de buchas inox M20 embutidas no concreto e parafusos inox M20. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento rústico ou polido das superfícies verticais ou periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 500 Largura (mm) 600 Profundidade (mm) 600 Peso (kg) 284. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
11	FLOREIRA DEMETRA ARTEMIDE B	<p>Floreira em concreto, com dimensionais externos de 1200 mm de largura x 600 mm de profundidade x 500 mm de altura, composta por base e corpo em blocos monolítico constituído em concreto armado branco, com estruturação interna composta por vergalhões de aço de diâmetro mínimo de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Corpo em concreto armado nas dimensões externas de 1200x600x450 mm com bloco interno de concreto em formato piramidal, com dimensionais externos de 100 mm de largura x 100 mm de profundidade x 50 mm de altura, com furação central de Ø 40 mm para sustentação da terra e escoamento da água, e rebaixo na parte inferior para acoplamento da base. Base em concreto armado nas dimensões 1050x450x120 mm com rebaixo interno para retenção e escoamento do excesso de água e furo central de 50 mm de diâmetro, com sistema de nivelamento e regulagem de altura da floreira através de 4 parafuso M20 dispostos nos vértices da base. Esperas embutidas nas laterais do banco para facilitar o içamento e transporte, produzidas em aço SAE 1020 e com rosca interna M20. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de</p>

		alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento rústico ou polido das superfícies verticais ou periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 500 Largura (mm) 1200 Profundidade (mm) 600 Peso (kg) 427 Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
12	BANCO BREAK TIME WE	Banco urbano, com encosto e assento de madeira, suportado por laterais e colunas em aço. Estrutura metálica dos pés composta por flange da base, fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm, unida à coluna centralizada fabricada em tubo redondo de aço carbono SAE 1020 de Ø3" (76,2 mm) x 2,00 mm. Travessa de reforço do assento fabricada em tubo quadrado de aço SAE 1020 30 x 30 x 3,00 mm, unida a dois suportes de fixação da madeira lateral em formato de "L", servindo para a concha do assento e do encosto, fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,00 mm de espessura. Suporte central do assento fabricado em chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,00 mm de espessura. Cantoneira de reforço superior do encosto fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,00 mm de espessura. Quatro mãos-francesas de reforço para sustentação do assento, fabricadas em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura. Assento e encosto em madeira compostos por listões de madeira maciça de reflorestamento, de 28 mm de espessura. Os listões dividem-se em: 1 listão frontal no assento, com raio na extremidade da borda voltada a parte externa do banco, 8 listões centrais e 1 listão superior no encosto, com raio na extremidade para acabamento. As madeiras são fixadas à estrutura metálica através de parafusos inox. Flange das bases possuem 4 furações cada para permitir fixação da banquetta ao piso, através de parafusos chumbadores inox 5/16". Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidrorrepelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 826 Largura (mm) 1212 Profundidade (mm) 589 Peso (kg) 36. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
13	MESA BREAK TIME TW C	Mesa retangular, com tampo de madeira sustentado por estrutura metálica e com suportes para pendurar bolsas. Estrutura metálica dos pés composta por flange da base, fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm, unida à coluna centralizada fabricada em tubo redondo de aço carbono SAE 1020 de Ø3" (76,2 mm) x 2,00 mm. Travessa de reforço do tampo fabricada em tubo quadrado de aço SAE 1020 30 x 30 x 3,00 mm, unida a suportes de fixação da madeira lateral e um central, fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,00 mm de espessura. Quatro ganchos para fixar bolsas unidos às colunas dos pés, dispostos de madeira equidistante, fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 4,75 mm de espessura. Tampo em madeira composto por 6 listões de madeira maciça de reflorestamento, de 28 mm de espessura. As madeiras são fixadas à estrutura metálica através de parafusos inox. Flange das bases possuem 4 furações cada para permitir fixação da mesa ao piso, através de parafusos chumbadores inox 5/16". Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidrorrepelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 750 Largura (mm) 707 Profundidade (mm) 1200 Peso (kg) 50. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
14	MESA YOO DE JOGOS	Mesa de jogos que permite a colocação de bancos, com capacidade para 4 pessoas. Mesa constituída por tampo de madeira maciça de reflorestamento, formado por listões usinados com espessura de 28 mm de espessura e 135 mm de largura, fixadas a dois suportes confeccionados em chapa metálica dobrada em formato de cantoneira, com espessura de 3,00 mm. Listões fixados por meio de parafusos inox, com afastamento médio de 4 mm entre si, de forma a evitar o acúmulo de umidade. Cavidade central do tampo de madeira prevê a disposição de tabuleiro de jogos, confeccionado com pastilhas de porcelanato de 50 X 50 mm, nas cores branca e preta, compondo um tabuleiro de xadrez. Pastilhas fixadas a chapa metálica e dispostas na parte central do

		<p>tampo. Estrutura metálica em forma de “T”, com coluna estrutural confeccionada em tubo de aço SAE 1020, com dimensões de 100 x 50 x 2,00 mm, com base metálica em chapa de aço SAE 1020 com predisposição a fixação ao pavimento em 4 pontos e espessura de 7,94 mm, e parte superior em chapa de aço SAE 1020 com espessura de 6,35 mm, estruturada longitudinalmente através de mãos francesas metálicas com união de todo conjunto através de processo de soldagem MIG/MAG. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 730 Largura (mm) 600 Profundidade (mm) 564 Peso (kg) 20. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
15	BANCO YOO PARA MESA DE JOGOS	<p>Bancos de 4 pés, com assento constituído por 4 listões de madeira maciça de reflorestamento, devendo dispor de 2 suportes de reforço nas extremidades, fixados de forma não aparente quando o banco estiver em posição de uso, por parafusos inox. Listões montados com afastamento médio de 7 mm entre si, de forma a evitar o acúmulo de umidade; Estrutura metálica em forma de goleiras unidas por travessa central, confeccionada em tubo de aço SAE 1020 de dimensões de 40 x 40 x 1,2 mm com predisposição para fixação ao piso nos 4 pés. Abas para fixação da madeira fabricadas em chapa de aço carbono de 3,00 mm de espessura. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 456 Largura (mm) 502 Profundidade (mm) 401 Peso (kg) 7. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.</p>
16	GIRA GIRA ORBITAL	<p>Brinquedo do tipo gira-gira com base circular em madeira laminada e estrutura metálica, de livre giro no sentido horário e anti-horário, para múltiplos usuários sentados ou em pé e estrutura de tubos para suporte das mãos. Conjunto da base do eixo central formado por flange redonda da base confeccionada em chapa de aço carbono SAE 1020 de espessura 12,7 mm, corpo em tubo redondo de aço carbono SAE 1020 4" (101,6 mm) de 4,75 mm de espessura de parede e flange de centralização confeccionada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura. Eixo central de 2.1/4" de aço maciço SAE 1020 usinado e retificado. Conjunto unido por solda MIG/MAG. Capa de acabamento do mecanismo fabricada em tubo redondo de aço carbono SAE 1020 8" (203,2 mm) de espessura de parede 3,00, soldada por meio de MIG/MAG em flange de união ao corpo em chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,75 mm de espessura. Conjunto da mesa de giro formada por aro externo fabricado em tubo redondo de aço carbono SAE 1020 2.3/8" (60,3 mm) de espessura de parede 3,00 mm, travessas do raio confeccionadas em tubo retangular de aço carbono SAE 1020 30 x 40 parede 2,0 mm ligando à flange central fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 12,7 mm de espessura. Suporte para fixação do conjunto pegador formada por tubo quadrado aço carbono SAE 1020 50 x 50 parede 2 mm e batentes confeccionados em chapa aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura. Flange central de reforço fabricada em aço carbono SAE 1020 de 4,75 mm de espessura e orelhas de fixação do tampo de madeira laminada manufaturados a partir de chapa de aço carbono SAE 1020 de 3,75 mm de espessura. Tampo bipartido e tampa do miolo confeccionados em laminado melamínico TS TXDF de face dupla, com furação prevista para fixação dos suportes pegadores e eixo de giro. Bucha guia dos giros fabricada em copolímero acetal de baixa viscosidade e borracha para vedação do sistema de giro. Conjunto orbital formado por quatro tubos redondos de aço carbono SAE 1020 de 1.1/2" (38,1 mm) de parede 3,00 mm curvados, soldado por MIG/MAG em orelhas de fixação fabricadas em chapa de aço carbono SAE 1020 de espessura 6,35 mm, unidos ao gira-gira por meio de 4 parafusos M10 inox. Cruzeta de união superior composta por laterais em chapa de aço carbono SAE 1020 de 1,5 mm de espessura soldadas à estrutura central fabricada em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura. Montagem final feita através de conjunto de parafusos, porcas e arruelas em inox. Faixa etária recomendada: até 14 anos de idade. Altura máxima recomendada do usuário: 1,60 metros. Capacidade de carga: • Carga concentrada máxima: 120 kg • Carga distribuída máxima: 250 kg Área de segurança: deve ser garantido um raio de 1,5 metros a partir do eixo vertical da posição do usuário ao redor de cada equipamento, livre de obstáculos, para permitir o uso seguro do brinquedo. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo</p>

		aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. A capacidade de carga máxima do giro orbitário é de 250 kgf (5 a 8 crianças de 6 a 14 anos, respectivamente), esta carga deve obrigatoriamente ser distribuída sobre a superfície da mesa de giro. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 1950 Largura (mm) Ø1800 Profundidade (mm) Ø1800 Peso (kg) 85. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
17	BICICLETÁRIO SPYRA A	Bicicletário modular confeccionado em tubo de aço SAE 1020 Ø 1.1/2" x 1,5 mm, conformado em formato de espiral com diâmetro externo de 745 mm, assemelhando-se a uma mola, apoiada sobre cones metálicos usinados em aço SAE 1020. Possui emenda dos tubos através de solda tipo TIG e suas extremidades deverão receber acabamento metálico em formato semiesférico. Com largura de 830 mm, permite o estacionamento de bicicletas em ambos os lados da estrutura e sua fixação deverá ser através de barras roscadas zincada fixadas diretamente no solo. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 880 Largura (mm) 834 Profundidade (mm) 745 Peso (kg) 8. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
18	BANCO STONE P	Banco monolítico com design diferenciado em formato de pedra seixo constituído em concreto armado branco, sem encosto, com estrutura interna de barras de aço de espessura mínima de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Pés também em concreto integrados ao conjunto de forma contínua do assento, para apoio ao piso. Possui três esperas através de buchas metálicas em aço inox AISI 304 com rosca interna M12, dispostas de forma equidistante para posicionamento/movimentação (olhal), disposta nas laterais do assento. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento polido das superfícies verticais, horizontais e periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 395 Largura (mm) 1140 Profundidade (mm) 740 Peso (kg) 337. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
19	BANCO STONE M	Banco monolítico com design diferenciado em formato de pedra seixo constituído em concreto armado branco, sem encosto, com estrutura interna de barras de aço de espessura mínima de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Pés também em concreto integrados ao conjunto de forma contínua do assento, para apoio ao piso. Possui três esperas através de buchas metálicas em aço inox AISI 304 com rosca interna M12, dispostas de forma equidistante para posicionamento/movimentação (olhal), disposta nas laterais do assento. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento polido das superfícies verticais, horizontais e periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 471 Largura (mm) 1608 Profundidade (mm) 1132 Peso (kg) 755. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
20	BANCO STONE G	Banco monolítico com design diferenciado em formato de pedra seixo constituído em concreto armado branco, sem encosto, com estrutura interna de barras de aço de espessura mínima de 8 mm, unidos entre si por solda tipo MIG. Pés também em concreto integrados ao conjunto de forma contínua do assento, para apoio ao piso. Possui três esperas através de buchas metálicas em aço inox AISI 304 com rosca interna M12, dispostas de forma equidistante para posicionamento/movimentação (olhal), disposta nas laterais do assento. Concreto composto por mistura com dosagem conveniente de água, areia, cimento de alta eficiência, especial para meios agressivos, agregados de diferentes granulometrias controladas e aditivos químicos, fatores essenciais para obtenção de um produto de baixa porosidade e consequente aumento de resistência e desempenho. Acabamento polido das superfícies verticais, horizontais e periféricas, com tratamento em resina acrílica, que tem a função de maximizar a resistência, durabilidade do produto e proporcionar

		repelência à água, proteção contra fungos, erosão por poluição atmosférica, facilidade na limpeza e realçar o aspecto natural do concreto. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 510 Largura (mm) 1960 Profundidade (mm) 1510 Peso (kg) 1183. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
21	BALIZADOR GENESIS B	Balizador metálico em formato cilíndrico composto por dois elementos, um corpo confeccionado em tubo de aço SAE 1020 de 4" (101,6 mm) de diâmetro com espessura de 1,90 mm. Cabeça de fechamento superior confeccionado em tubo de aço inox 304 escovado com 4" (101,6) mm de diâmetro e espessura de 1,90 mm, unidos por meio de rebites inox. Sistema de fixação ao piso através de base metálica confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com espessura de 6,35 mm, fixada ao corpo através de solda MIG/MAG. Base dispõe de furações, permitindo fixação diretamente ao piso através de esperas fixadas transversalmente ao tubo do corpo (parabolt). Opção para concretagem, dispensando a flange da base, e inserção de vergalhão de Ø 9 mm antigo. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos) Altura (mm) 703 Largura (mm) Ø102 Profundidade (mm) Ø102 Peso (kg) 5. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
22	CINZEIRO FU	Cinzeiro metálico em formato cilíndrico com extremidade em ângulo, que se assemelha a um cigarro amassado. Conjunto do corpo inferior constituído através da união de peças fabricadas em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, flange inferior da base em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura, e flange de união com o conjunto superior em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura, unida a porcas sextavadas. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG. Conjunto superior fabricado em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, unido à perfil de união e guia fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG. Conjunto do cesto fabricado em tubo redondo de aço carbono Ø88,9 mm x 3,00 mm, soldado ao fundo fabricado em chapa de aço carbono SAE 1020 de 1,50 mm de espessura e corrente de elos zincada. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG. Conjunto da tampa com recorte para depósito das cinzas fabricado em chapa de aço inox AISI 304 de 2,00 mm escovado. União dos componentes através de parafusos, porcas e arruelas inox M6. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 1022 Largura (mm) 197 Profundidade (mm) 103 Peso (kg) 6,5. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
23	LIXEIRA BRAVO COLONIAL DUPLA C/ COBERTURA	Lixeira constituída de dois cestos de recipiente cilíndrico com Ø 300 mm, produzido em chapa de aço galvanizado minimizado com espessura de 0,80 mm, unida por solda de eletrodos de fusão, fundo em chapa de aço com dreno centralizado de 1" (25,4 mm). Acabamento externo do corpo do cesto revestido em madeira maciça de reflorestamento através de listões de madeira de 60 mm de largura, 22 mm de espessura, distribuídos ao longo do perímetro do corpo de forma equidistante, fixados ao corpo em aço através de parafusos de inox. Tampa superior em formato de anel, confeccionada em chapa de aço NBR 7008 ZC 275 minimizado de 0,95 mm de espessura, com diâmetro interno de 240mm e diâmetro externo de 334mm e formato tronco cônico com a parte superior em forma orgânica de segurança tipo convexa, a fim de evitar o contato do usuário com arestas cortantes e acúmulo de água e umidade, e altura de 53 mm. Integrada ao corpo da lixeira por sistema de dobradiça basculante e com sistema de travamento / fixação do saco porta lixo por pressão através de mola metálica em formato de lamina; Cobertura constituída de chapa metálica em aço galvanizado minimizada com Ø 350 mm e espessura de 1,25 mm, e duas barras trefiladas em formato "L" com Ø 11 mm de espessura, unidos entre si e ao corpo por solda MIG. Suporte metálico vertical em tubo de aço SAE 1020 Ø 2.3/8" x 2,00 mm, com flange de fixação em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura de 4,75 mm, unidos por sistema de solda MIG. A fixação ao piso é através de 3 parafusos chumbadores do tipo Parabolt 3/8"x4" em aço inox, no caso de ser optado por parafusar a lixeira. Cada cesto possui capacidade de 35 litros. Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia. Cor a definir. Tratamento da madeira de reflorestamento: resina base d'água com acabamento acetinado que realça os veios e desenho natural da madeira, além de proteger contra às intempéries externas, à maresia e à água. Possui duplo filtro solar para proteger a madeira

		contra a ação dos raios UV e ação hidro-repelente que reduz o empenamento da madeira. Dimensões Gerais e Peso: (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) Altura (mm) 1147 Largura (mm) 350 Profundidade (mm) 800 Peso (kg) 21. Garantia de 02 (dois) anos contra eventuais defeitos de fabricação.
24	REFLETOR SINALIZADOR DE ESTRADA	Material: Alumínio. Tipo: Tachinha Solar. Formato: Trapezoidal. Comprimento: 120 MM. Largura: 105 MM. Altura: 22 MM. Tipo Fixação: Com Pino. Características Adicionais: 6 Leds, Placa Solar de 2v 150ma. Bateria de 1.2v.
25	BUSTO	<p>Altura: 55 cm, Largura (ombros): 40 cm, Profundidade: 35 cm.</p> <p>Peso Estimado: 25 a 40 kg, dependendo da espessura das paredes internas e da técnica de fundição (oco ou sólido).</p> <p>Material: Bronze silicioso (liga tradicional): Composição típica: 88% cobre, 10% estanho, 2% zinco (variações possíveis). Alta durabilidade e excelente acabamento para esculturas. Técnica de Produção. Modelagem inicial em argila ou resina (escala 1:1). Moldagem em silicone e contramolde em gesso ou fibra. Fundição em cera perdida (método tradicional de esculturas de bronze). Acabamento em rebarbação, soldagem e patinação (cor): Ex: marrom escuro, verde-acinzentado ou dourado envelhecido. Base do Busto. Material: mármore, granito ou madeira maciça. Altura da base: 50 cm. A contratada deverá realizar a instalação e fixação do busto na base. Fixação: pino metálico ou parafuso interno embutido.</p> <p>Detalhes Adicionais. Textura realista da pele e da roupa, como na imagem. Preservação de expressão séria e histórica. Cabelo e colarinho esculpidos em alto nível de detalhe. Acabamento fosco ou semi-brilhante, conforme o estilo desejado.</p>

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO - PROJETO DE MOBILIÁRIO URBANO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA**MEMORIAL DESCRITIVO - PROJETO DE MOBILIÁRIO URBANO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA****1. OBJETIVO DO PROJETO**

Este projeto tem como objetivo a implantação de mobiliário urbano e sinalizações viárias na área externa da sede do COFEN, visando a organização dos fluxos de veículos e pedestres, acessibilidade universal, melhoria das condições de segurança, além de promover o embelezamento do espaço urbano através de elementos integrados ao paisagismo e à identidade visual da instituição.

2. ELEMENTOS DE INTERVENÇÃO**2.1. Mobiliário Urbano**

- Bancos de descanso posicionados em calçadas e áreas de permanência.
- Jardineiras, integradas ao paisagismo para delimitação de espaços e conforto ambiental.
- Cercas Vivas, que tem como objetivo promover a segurança e a privacidade do espaço, além de contribuir para a estética do ambiente. Será composta por uma seleção de plantas nativas e arbustivas, criando um barrier natural que favorece a integração com a paisagem urbana.
- Balizadores metálicos para controle de acesso de veículos.
- Catracas e barreiras físicas para controle de entrada em áreas específicas.
- Limitadores de estacionamento (elementos de concreto ou metálicos).
- Totens e placas de sinalização vertical informativa e indicativa.

2.2. Sinalização Viária e Segurança

- Redutores de velocidade (lombadas físicas) com sinalização de advertência.
- Placas de trânsito vertical: incluindo "Sentido Único", "Parada Obrigatória", "Velocidade Máxima Permitida (20 km/h)".
- Demarcação horizontal de vagas com pintura refletiva (vagas comuns, para idosos e pessoas com deficiência).
- Indicação de áreas de embarque e desembarque na fachada principal.
- Sinalização de acessibilidade, conforme NBR 9050/2020.

3. ACESSOS E CIRCULAÇÃO**3.1. Acesso de Pedestres**

- Requalificação das calçadas com piso tátil e rampas com inclinação acessível (máx. 6%).
- Preservação de áreas livres para circulação com mobiliário posicionado de forma a não obstruir os fluxos.

3.2. Acesso de Veículos

- Redefinição das entradas e saídas de veículos ao subsolo, com ajustes geométricos nas rampas.
- Implantação de faixas de desaceleração e melhoria da visibilidade em cruzamentos internos.

- Criação de áreas de embarque e desembarque rápidas junto à fachada principal.

4. VAGAS DE ESTACIONAMENTO TÉRREO

- Distribuição de vagas de 2,60 x 5,00 m.
- 08 vagas reservadas para idosos e 04 vagas para pessoas com deficiência.
- Pintura horizontal com inscrições regulamentares e uso obrigatório de credencial.
- Sinalização vertical reforçando a destinação exclusiva das vagas.

5. MATERIAIS E ACABAMENTOS

- Balizadores, catracas e suportes metálicos em aço galvanizado com pintura eletrostática preta ou cinza.
- Placas de sinalização em alumínio com fundo refletivo, conforme Resolução CONTRAN. - Limitadores de estacionamento em concreto armado, pintados em amarelo.
- Bancos em madeira tratada ou metálicos, com resistência ao tempo e ao uso intenso.
- Jardineiras em alvenaria ou concreto moldado in loco, com acabamento em textura acrílica.
- Para cerca viva, será feita escolha de plantas nativas contribuindo para a biodiversidade local e reduzirá a necessidade de irrigação, já que são adaptadas ao clima da região.

6. NORMAS TÉCNICAS APLICADAS

- Lei Distrital nº 6.138/2018 – Plano de Mobilidade Urbana do DF (PDPMU/DF).
- Lei Complementar nº 948/2019 – Código de Obras e Edificações do DF (COE/DF).
- Normas e diretrizes do DER-DF e DETRAN-DF para sinalização e intervenções viárias.
- NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Resoluções CONTRAN relativas à sinalização viária (verticais e horizontais).
- NBR 16537/2016 – Mobiliário Urbano.
- NBR 12967/1993 – Placas de sinalização viária.
- Código de Trânsito Brasileiro – CTB, especialmente o Art. 181.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de mobiliário urbano e sinalização tem como prioridade garantir segurança viária, conforto urbano, acessibilidade universal e organização funcional do espaço exterior da instituição. A implantação deverá ser executada conforme os desenhos técnicos anexos e respeitando os materiais e medidas especificadas, além de conferência em campo antes da instalação.

Observação: A implantação do projeto está sujeita à aprovação e licenciamento junto aos órgãos competentes do Distrito Federal, incluindo a Administração Regional, DER-DF, DETRAN-DF e SEMOB, conforme a localização e características da intervenção.

ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Nome empresarial da licitante:

Inscrição no CNPJ nº:

Endereço completo da sede:

E-mail:

Telefone:

Nome do representante legal ou responsável técnico:

Carteira de Identidade nº:

CPF nº:

Documento da empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria:

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2025, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada em _____, representada pelo (a) Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº ____/SSP-____, vistoriou as dependências do Cofen, onde serão executados os serviços, constatou as condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos a serem contratados e recebeu as informações pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2025.

Representante do Cofen

DECLARAÇÃO DA LICITANTE

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços, que me foram apresentadas as áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados, tendo tomado conhecimento das reais condições de execução dos serviços.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2025.

Nome completo do Representante Legal/Representante da Licitante _____

Assinatura _____

ANEXO D - MODELO DE TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS E CONFIDENCIALIDADE**MODELO DE TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS E CONFIDENCIALIDADE**

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) visa fomentar os mais altos valores éticos em suas atividades, incluindo quando da escolha de seus parceiros, portanto, faz parte da missão do Cofen “Assegurar à sociedade uma assistência de Enfermagem ética, científica e de qualidade por meio da regulamentação, fiscalização e disciplinamento do exercício profissional”.

O Cofen espera que os seus parceiros compartilhem e incorporem os seus valores e o compromisso com a integridade para a construção de um relacionamento duradouro. É seu papel exercer suas atividades dentro dos princípios da ética e dos deveres que a lei impõe, principalmente no que se refere a tomar providências acauteladoras de forma a evitar riscos, incertezas e prejuízos ao Cofen ou terceiros.

Estas cláusulas destinam-se aos “PARCEIROS”, os quais abrangem todas as pessoas e empresas que fazem negócios e parcerias, sejam clientes, fornecedores de bens, prestadores de serviços ou estejam envolvidos em qualquer outra espécie de relação contratual com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

A aceitação das condições aqui descritas é um pré-requisito para todas as contratações firmadas com o Cofen. Portanto, ao firmar contrato ou criar qualquer parceria com o Cofen, estas disposições serão automaticamente incorporadas como parte do contrato e a CESSIONÁRIA afirma o seu compromisso em cumpri-las.

Quando da execução de suas atividades, Cofen e CESSIONÁRIA compartilharão informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (Dados Pessoais) as Partes serão consideradas como controladoras de tais Dados Pessoais e deverão observar todos os requisitos e limites da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como as disposições abaixo indicadas. Todos os termos do presente instrumento serão aqueles definidos na LGPD.

1.1. Em qualquer caso, o tratamento dos Dados Pessoais – o que inclui o compartilhamento de tais Dados Pessoais conforme definido pela LGPD – observará a finalidade do contrato. Diante disto, entende-se que Cofen e CESSIONÁRIA apenas realizarão o tratamento de dados estritamente necessários para a realização de sua relação contratual e, em nenhuma hipótese, solicitarão dados de maneira injustificada ou irregular.

1.1.1. O Cofen declara que fornecerá à CESSIONÁRIA acesso a Dados Pessoais apenas na medida em que a CESSIONÁRIA necessite justificadamente, bem como, que previamente a qualquer envio, o Cofen confirmará e/ou providenciará sua autorização legal para fazê-lo.

1.2. Cada Parte será a única responsável por seu tratamento dos Dados Pessoais, incluindo a seleção do método e das finalidades de tratamento, e a determinação da base legal aplicável. Havendo tratamento de dados, o Cofen deverá garantir a existência de uma base de armazenamento válida e segura para o compartilhamento dos Dados Pessoais com a CESSIONÁRIA.

1.3. A CESSIONÁRIA declara e garante ao Cofen que estas declarações e garantias são verdadeiras, precisas, completas e corretas nesta data, e assim permanecerão enquanto a relação com o Cofen permanecer em vigor:

I. Possui um programa adequado e efetivo de conformidade com as leis, regulamentos e quaisquer normativas aplicáveis ao tratamento de Dados Pessoais, incluindo a LGPD;

II. Dispõe de pessoa para atuar como Encarregado de Dados, nos termos da LGPD, e exceto em caso de hipótese de dispensa válida prevista em lei ou regulamento;

III. Mantém confidenciais os Dados Pessoais e adota políticas e medidas adequadas e efetivas de segurança de informação, compatíveis com a Lei aplicável, com a finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais e com os melhores padrões do mercado;

IV. Não realizará qualquer tratamento indevido, irregular ou ilegal, de forma direta e/ou indireta, ativa e/ou passiva, de dados pessoais a que tenha acesso em razão da execução de eventuais contratos celebrados com o Cofen.

V. Tem pleno conhecimento de que todos os Dados Pessoais que forem tratados, durante a vigência da relação entre as Partes, não são passíveis de retenção por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações nos termos do(s) contrato(s), ou conforme necessário ou permitido pela lei aplicável.

1.4. A CESSIONÁRIA durante o tratamento de Dados Pessoais e em caso de compartilhamento entre CESSIONÁRIA e Cofen, compromete-se à:

I. Durante o tratamento dos Dados Pessoais, observar e cumprir todas as Leis aplicáveis no momento do tratamento, incluindo a LGPD.

II. Atender, nos termos da LGPD, a toda e qualquer requisição feita pelos titulares de Dados Pessoais, com relação aos Dados Pessoais dos titulares tratados pela CESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando a: acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD; portabilidade dos Dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa do titular e seguindo regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular exceto nas hipóteses em que a conservação é autorizada conforme previsto na LGPD.

III. Fornecer, mediante solicitação do Cofen, informações completas sobre suas práticas e Política de Tratamento de Dados Pessoais.

IV. Permitir que o Cofen, ou representante devidamente indicado, tenha, mediante solicitação, acesso integral e irrestrito ao ambiente tecnológico da CESSIONÁRIA utilizado em conexão com o tratamento de Dados Pessoais na forma deste contrato, incluindo, mas não se limitando a, qualquer sistema, computador, servidor, máquina virtual, hardware, software ou outro meio ou ferramenta utilizado no tratamento dos Dados Pessoais nas relações contratuais para com o Cofen, desde que isso não interfira em qualquer direito ou obrigação de confidencialidade ou segredo industrial da CESSIONÁRIA.

V. Informar ao Cofen, em até 3 (três) dias úteis do recebimento, se e quando um titular dos Dados Pessoais solicitar pedido de acesso, retificação ou exclusão, ou qualquer outra requisição relacionada aos seus direitos que afete Dados Pessoais tratados pelo Cofen quanto as relações contratuais para com o Cofen.

VI. Não fornecer Dados Pessoais para terceiros, exceto para operadores que realizarão o tratamento em nome de uma das Partes, ou quando permitido pela Lei aplicável.

1.5. O acesso referido no item “IV” da Cláusula 1.4 acima, terá a finalidade de avaliar o cumprimento das obrigações previstas neste documento e a adequação da CESSIONÁRIA ao disposto na Lei aplicável no momento do Tratamento, ficando certo de que a CESSIONÁRIA deverá cooperar com o Cofen ou seu representante no fornecimento de acesso e informações suficientes para atingir tal finalidade, sob pena de arcar com as penalidades por descumprimento contratual estipuladas entre as partes.

1.6. Caso o CESSIONÁRIA tome ciência de qualquer ocorrência, concreta ou suspeita, de perda, mau uso, acesso, destruição, exclusão, comunicação, modificação ou outra forma de tratamento não autorizado dos Dados Pessoais, ou qualquer invasão em sua infraestrutura física ou tecnológica que permita a realização de tais atos, a CESSIONÁRIA informará ao Cofen, por escrito em até 24 horas da ciência do fato, e adotará todas as medidas estabelecidas na Lei aplicável para cessar tal fato.

1.6.1. Tal comunicação deverá indicar, no mínimo a natureza da violação dos dados pessoais, incluindo, sempre que possível, as categorias, o número aproximado de titulares e os respectivos dados violados, a descrição das consequências da violação dos dados pessoais, tanto quanto razoavelmente possível, dadas as circunstâncias, e o plano de contingência tomado pela CESSIONÁRIA para tratar da violação dos dados pessoais e reparar suas consequências.

1.6.2. A CESSIONÁRIA deverá enviar ao Cofen relatórios quinzenais demonstrando o efetivo cumprimento do plano de contingência apresentado.

1.7. A CESSIONÁRIA se obriga a indenizar, defender e manter imune o Cofen, seus conselheiros federais e regionais, diretores, empregados públicos, controladores, Conselhos Regionais de Enfermagem, bem como sucessores e cessionários de cada um deles (“Partes Indenizáveis”) contra quaisquer perdas e danos, prejuízos, custos, honorários advocatícios (e de outros especialistas, incluindo peritos), depósitos judiciais, penalidades e multas, inclusive no contexto de eventuais reclamações, demandas e processos administrativos, judiciais ou arbitrais contra Partes Indenizáveis movido pelos titulares de Dados Pessoais, pelas Autoridade Governamental, ou por quaisquer terceiros (“Perdas”) que resultarem, direta ou indiretamente, de:

I. qualquer falsidade, omissão, erro, incompletude, violação ou inexatidão nas declarações e garantias prestadas pela CESSIONÁRIA neste documento com relação ao tratamento de Dados Pessoais;

II. inadimplemento de qualquer obrigação com relação ao tratamento de Dados Pessoais prevista neste documento ou estipulado em separado pelas partes, e/ou

III. qualquer ação ou omissão dolosa, culposa ou de má-fé da CESSIONÁRIA que descumpra a Lei aplicável à proteção dos Dados Pessoais.

1.7.1. O direito de indenização pelas Partes Indenizáveis previsto acima em nada estará limitado em razão de:

I. qualquer declaração contida neste documento, Contrato e/ou em seus anexos; e

II. da realização de fiscalização ou auditoria, em especial os direitos previstos na Cláusula 1.4 ou no Contrato.

1.8. A CESSIONÁRIA declara-se ciente, habilitado e preparado a atender, de imediato, aos termos e condições previstas neste instrumento.

1.9. Qualquer violação das obrigações, declarações e garantias estipuladas neste documento será considerada uma violação grave ao contrato, de sorte que o Cofen poderá, a depender da gravidade e a seu exclusivo critério:

I. emitir orientações ou aviso de infração e requerer planos de ação;

II. suspender/paralisar/interditar atividades com justa causa até satisfatória regularização, inclusive, nesta hipótese, com retenção de pagamentos e independentemente do cumprimento do cronograma das atividades em execução;

III. ou rescindir eventuais Contratos de forma motivada, em todos os casos sem prejuízo das penalidades contratuais e eventuais perdas e danos.

1.10. Quaisquer questões, dúvidas, condições de tratamento, incidentes, relacionadas a Dados Pessoais decorrentes da(s) relação(ões) contratual(is) entre as Partes deverão ser prontamente comunicadas entre as partes por seus Encarregados dos Dados, ou Data Protection Officer (DPO).

ANEXO E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Nome empresarial da licitante/fornecedora:

Inscrição no CNPJ nº:

Endereço completo da sede:

Nome do representante legal:

Carteira de Identidade nº:

CPF nº:

Por intermédio de seu representante legal infra-assinado, para atendimento ao disposto nos itens 3.3.4 e 4.1 do Termo de Referência, constante do presente Processo Cofen SEI, DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981 e demais normativos pertinentes, expressamente que:

1. Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o estabelecido nos itens 3.3.4 e 4.1 do Termo de Referência, com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com a IN 01/2010-SLTI, com a Instrução Normativa nº 6, de 24 de março de 2014, do IBAMA, e outras aplicáveis ao objeto em questão.
2. Não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04 de 11/05/2016;
3. Não foi condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto n. 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n. 29 e 105.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Nome completo do Representante Legal _____



Assinatura _____

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ÓRGÃO LICITANTE: CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) – UASG 389320
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.005/2026

1. Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no endereço _____, para aquisição de mobiliário urbano e busto, incluindo a fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial, para a nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), nos termos das tabelas abaixo, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos.



GRUPO 1


Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1		629336	Lixeira Box Wood B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores), com capacidade de 100 L. Material: madeira de reflorestamento. Base de Concreto: c/ base cinza. Espera de Fixação: c/ base de concreto. Acabamento do concreto: verniz. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da Madeira: castanho deck.	12	UN	R\$	R\$
	2		624052	Luminária Stella L B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de Iluminação: simples. Cor da luminária: marrom ral 8017.	27	UN	R\$	R\$

3		624052	Luminária Stella T B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de iluminação: simples. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	27	UN	R\$	R\$
4		624161	Luminária Toscana (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da luminária: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$
5		626502	Banco Gaivota B - Duplo (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$	R\$
6		341627	Banco Sarah W B - com encosto simples (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$	R\$
7		258405	Banco Sarah W A - sem encosto (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$	R\$
8		322144	Banco Ponte Clássica 820 (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	21	UN	R\$	R\$

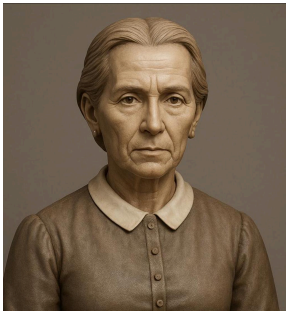
9		322144	Banco Demetra F - 1800 Power Light Madeira C (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Sistema de iluminação: não. Com USB: não. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	6	UN	R\$	R\$
10		322144	Banco Demetra A - 600 Cubico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	12	UN	R\$	R\$
11		485876	Floreira Demetra Artemide B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	4	UN	R\$	R\$
12		338880	Banco Break Time WE (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	24	UN	R\$	R\$
13		627046	Mesa Break Time TW C. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	12	UN	R\$	R\$
14		601175	Mesa Yoo De Jogos. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$	R\$
15		252373	Banco Yoo Para Mesa de Jogos (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	16	UN	R\$	R\$

16		631457	Gira Gira Orbital (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sendo 2 (dois) na cor do TS: azul teal e 1 (um) na cor do TS: cinza uranio . Cor da estrutura: marrom ral 8017.	3	UN	R\$	R\$
17		458043	Bicicletário Spyra A (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$
18		322144	Banco Stone P (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
19		322144	Banco Stone M (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
20		322144	Banco Stone G (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
21		609422	Balizador Genesis B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Espera de fixação: parafusado. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$

22		383306	<p>Cinzeiro metálico em formato cilíndrico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Conjunto do corpo inferior constituído através da união de peças fabricadas em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, flange inferior da base em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura, e flange de união com o conjunto superior em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura, unida a porcas sextavadas. Conjunto superior fabricado em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, unido à perfil de união e guia fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG.</p> <p>Conjunto do cesto fabricado em tubo redondo de aço carbono Ø88,9 mm x 3,00 mm, soldado ao fundo fabricado em chapa de aço carbono SAE 1020 de 1,50 mm de espessura e corrente de elos zincada. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG.</p> <p>Conjunto da tampa com recorte para depósito das cinzas fabricado em chapa de aço inox AISI 304 de 2,00 mm escovado.</p> <p>União dos componentes através de parafusos, porcas e arruelas inox M6.</p> <p>Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia.</p>	6	UN	R\$	R\$
23		629206	<p>Lixeira Bravo Colonial Dupla c/ Cobertura (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Pintura da madeira: castanho deck. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Cor do cesto 1: marrom ral 8017. Cor do cesto 2: marrom ral 8017.</p>	12	UN	R\$	R\$

	24		603600	Refletor Sinalizador de Estrada (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Material: Alumínio. Tipo: Tachinha Solar. Formato: Trapezoidal. Comprimento: 120 MM. Largura: 105 MM. Altura: 22 MM. Tipo Fixação: Com Pino. Características Adicionais: 6 Leds, Placa Solar de 2v 150ma. Bateria de 1.2v.	200	UN	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO 1								R\$

GRUPO 2

Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	25		437571	<p>Busto dedicado à enfermeira Anna Nery: <u>Fornecimento sob demanda</u>. Altura: 55 cm; Largura (ombros): 40 cm; Profundidade: 35 cm. Peso Estimado: 25 a 40 kg, dependendo da espessura das paredes internas e da técnica de fundição (oco ou sólido).</p> <p>Material: bronze silicioso (liga tradicional). Composição típica: 88% cobre, 10% estanho, 2% zinco (variações possíveis). Alta durabilidade e excelente acabamento para esculturas.</p> <p>Técnica de Produção: modelagem inicial em argila ou resina (escala 1:1). Moldagem em silicone e contramolde em gesso ou fibra. Fundição em cera perdida (método tradicional de esculturas de bronze). Acabamento em rebarbação, soldagem e patinação (cor): Ex: marrom escuro, verde-acinzentado ou dourado envelhecido.</p> <p>Base do busto: em mármore, granito ou madeira maciça. Altura da base: 50 cm. A contratada deverá realizar a instalação e fixação do busto na base. Fixação: pino metálico ou parafuso interno embutido.</p> <p>Detalhes adicionais: textura realista da pele e da roupa, como na imagem. Preservação de expressão séria e histórica. Cabelo e colarinho esculpidos em alto nível de detalhe. Acabamento fosco ou semi-brilhante, conforme o estilo desejado.</p>	1	UN	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO 2								R\$

2. No preço acima proposto, estão inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços, objeto do Pregão em referência, como todas as despesas com mão-de-obra a ser utilizada, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.

3. Os serviços, objeto desta proposta, terão início na data da assinatura do contrato e serão realizados de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Edital de licitação – Pregão Eletrônico nº 90.005/2026 e seus anexos.
4. O prazo de validade da proposta é de **XX** dias, contados da data de abertura do Pregão nº 90.005/2026. (Não poderá ser inferior a 90 dias)

DADOS DA EMPRESA**RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****ENDEREÇO:****BAIRRO:****CIDADE:****UF:****CEP:****TELEFONE COMERCIAL:****CELULAR:****ENDEREÇO ELETRÔNICO:****RESPONSÁVEL PARA CONTATO:****BANCO:****AGÊNCIA:****C/C:****DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO****NOME:****RG:****ÓRGÃO EXPEDIDOR:****CPF:****NATURALIDADE:****NACIONALIDADE:**

CARGÃO/FUNÇÃO:

ENDEREÇO COMERCIAL:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

TELEFONE COMERCIAL:

CELULAR:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Local, data, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



(Processo Administrativo nº 00196.003843/2025-84)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM E A EMPRESA





O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, entidade fiscalizadora do exercício profissional *ex vi* da Lei nº 5.905, de 12/07/1973, com sede no EQS 208/209, Lote 01, Bloco E - Bairro Asa Sul, na cidade de Brasília/DF – CEP: 70.254-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.217.146/0001-57, neste ato representado pelo seu Presidente Dr. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira COREN/RO nº 63.592, e por seu 1º Tesoureiro Dr. JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira profissional COREN/SP nº 83.543, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00196.003843/2025-84 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o aquisição de mobiliário urbano e busto, incluindo a fabricação, entrega, instalação e manutenção preventiva inicial, para a nova sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), nos termos das tabelas abaixo, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



GRUPO 1

Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1		629336	Lixeira Box Wood B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores), com capacidade de 100 L. Material: madeira de reflorestamento. Base de Concreto: c/ base cinza. Espera de Fixação: c/ base de concreto. Acabamento do concreto: verniz. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da Madeira: castanho deck.	12	UN	R\$	R\$
	2		624052	Luminária Stella L B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de Iluminação: simples. Cor da luminária: marrom ral 8017.	27	UN	R\$	R\$
	3		624052	Luminária Stella T B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sistema de iluminação: simples. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	27	UN	R\$	R\$
	4		624161	Luminária Toscana (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da luminária: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$

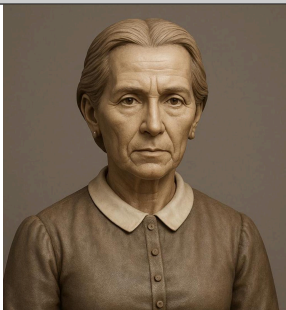
5		626502	Banco Gaivota B - Duplo (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$	R\$
6		341627	Banco Sarah W B - com encosto simples (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$	R\$
7		258405	Banco Sarah W A - sem encosto (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Com embalagem de madeira. Cor do concreto: branco. Cor dos suportes aço: marrom ral 8017. Acabamento da madeira: castanho deck.	2	UN	R\$	R\$
8		322144	Banco Ponte Clássica 820 (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor do concreto: branco. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	21	UN	R\$	R\$
9		322144	Banco Demetra F - 1800 Power Light Madeira C (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Tipo da madeira: reflorestamento. Sistema de iluminação: não. Com USB: não. Cor do concreto: branco. Acabamento da madeira: castanho deck.	6	UN	R\$	R\$
10		322144	Banco Demetra A - 600 Cubico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	12	UN	R\$	R\$

11		485876	Floração Demetra Artemide B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	4	UN	R\$	R\$
12		338880	Banco Break Time WE (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	24	UN	R\$	R\$
13		627046	Mesa Break Time TW C. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Pintura da madeira: castanho deck. Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	12	UN	R\$	R\$
14		601175	Mesa Yoo De Jogos. (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	4	UN	R\$	R\$
15		252373	Banco Yoo Para Mesa de Jogos (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Pintura da madeira: castanho deck.	16	UN	R\$	R\$
16		631457	Gira Gira Orbital (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Sendo 2 (dois) na cor do TS: azul teal e 1 (um) na cor do TS: cinza uranio . Cor da estrutura: marrom ral 8017.	3	UN	R\$	R\$
17		458043	Bicicletário Spyra A (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$

18		322144	Banco Stone P (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
19		322144	Banco Stone M (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
20		322144	Banco Stone G (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Acabamento do concreto: verniz. Cor do concreto: branco.	1	UN	R\$	R\$
21		609422	Balizador Genesis B (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Espera de fixação: parafusado. Cor da estrutura: marrom ral 8017.	10	UN	R\$	R\$
22		383306	<p>Cinzeiro metálico em formato cilíndrico (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Conjunto do corpo inferior constituído através da união de peças fabricadas em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, flange inferior da base em chapa de aço carbono SAE 1020 de 6,35 mm de espessura, e flange de união com o conjunto superior em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura, unida a porcas sextavadas. Conjunto superior fabricado em tubo de aço carbono SAE 1020 de Ø4" (101,6 mm) x 1,50 mm, unido à perfil de união e guia fabricados em chapa de aço carbono SAE 1020 de 2,65 mm de espessura. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG.</p> <p>Conjunto do cesto fabricado em tubo redondo de aço carbono Ø88,9 mm x 3,00 mm, soldado ao fundo fabricado em chapa de aço carbono SAE 1020 de 1,50 mm de espessura e corrente de elos zincada. Componentes unidos através de soldas MIG/MAG.</p> <p>Conjunto da tampa com recorte para depósito das cinzas fabricado em chapa de aço inox AISI 304 de 2,00 mm escovado.</p> <p>União dos componentes através de parafusos, porcas e arruelas inox M6.</p>	6	UN	R\$	R\$

				Tratamento e pintura do aço com duplo processo de pintura. 1º processo: Pintura por cataforese (e-coat), revestimento que proporciona maior eficiência e qualidade na cobertura das peças garantindo aplicação uniforme mesmo em interiores e cavidades; 2º processo: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Ambos os sistemas isentos de chumbo e que promove maior proteção dos agentes corrosivos principalmente dos ambientes agravados pela maresia.				
23		629206		Lixeira Bravo Colonial Dupla c/ Cobertura (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Tipo da madeira: reflorestamento. Pintura da madeira: castanho deck. Cor da estrutura: marrom ral 8017. Cor do cesto 1: marrom ral 8017. Cor do cesto 2: marrom ral 8017.	12	UN	R\$	R\$
24		603600		Refletor Sinalizador de Estrada (ou de qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores). Material: Alumínio. Tipo: Tachinha Solar. Formato: Trapezoidal. Comprimento: 120 MM. Largura: 105 MM. Altura: 22 MM. Tipo Fixação: Com Pino. Características Adicionais: 6 Leds, Placa Solar de 2v 150ma. Bateria de 1.2v.	200	UN	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO 1								R\$

GRUPO 2

Grupo	Item	Imagem de Referência	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	25		437571	<p>Busto dedicado à enfermeira Anna Nery: <u>Fornecimento sob demanda</u>. Altura: 55 cm; Largura (ombros): 40 cm; Profundidade: 35 cm. Peso Estimado: 25 a 40 kg, dependendo da espessura das paredes internas e da técnica de fundição (oco ou sólido).</p> <p>Material: bronze silicioso (liga tradicional). Composição típica: 88% cobre, 10% estanho, 2% zinco (variações possíveis). Alta durabilidade e excelente acabamento para esculturas.</p> <p>Técnica de Produção: modelagem inicial em argila ou resina (escala 1:1). Moldagem em silicone e contramolde em gesso ou fibra. Fundição em cera perdida (método tradicional de esculturas de bronze). Acabamento em rebarbação, soldagem e patinação (cor): Ex: marrom escuro, verde-acinzentado ou dourado envelhecido.</p>	1	UN	R\$	R\$

Base do busto: em mármore, granito ou madeira maciça. Altura da base: 50 cm. A contratada deverá realizar a instalação e fixação do busto na base. Fixação: pino metálico ou parafuso interno embutido.

Detalhes adicionais: textura realista da pele e da roupa, como na imagem. Preservação de expressão séria e histórica. Cabelo e colarinho esculpidos em alto nível de detalhe. Acabamento fosco ou semi-brilhante, conforme o estilo desejado.

VALOR TOTAL DO GRUPO 2**R\$**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 17 (dezesete) meses com início no primeiro dia útil subsequente à publicação deste instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado neste acordo, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, e nas normas, conforme art. 111 e incisos da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação formal do contratado acompanhada de documentos comprobatórios, os preços originais poderão ser reajustados, após negociação, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

F

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o corpo jurídico do Conselho Federal de Enfermagem para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Com relação a montagem e instalação do objeto, alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, mantendo-se as instalações da Contratante sempre limpas após a realização dos serviços.
- 9.18. Durante a vigência do contrato, após a instalação, o contratado deverá realizar uma manutenção preventiva inicial durante o período de vigência, assegurando a funcionalidade e a calibração dos itens. Todos os produtos instalados possuem, adicionalmente, uma garantia de 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação, conforme Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Cofen deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Elemento de Despesa:

14.1.2. Nota de Empenho nº:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento Anual respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14,133/2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, depois de lido, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

Presidente

CONTRATANTE
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS
1º Tesoureiro

CONTRATADA
Representante legal do CONTRATADO

Dra. TYCIANNA GOES DA SILVA MONTE ALEGRE
Procuradora-Geral do Cofen

TESTEMUNHAS:

1-

2-

EQS 208/209, Bloco A, Lote 01 - Bairro Asa Sul, Brasília/DF
CEP 70254-400 Telefone: (61) 3329-5800
- www.cofen.gov.br